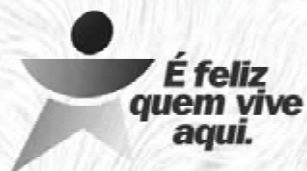


Plano Plurianual

QUADRIÊNIO 2008/2011



Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

ÍNDICE

MENSAGEM DO GOVERNADOR	03
PROJETO DE LEI	08
VISÃO DE FUTURO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PIAUÍ	11
2 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PPA	21
2.1 VISÃO TERRITORIAL -	22
2.2 CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011 -	23
2.3 ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011 -	24
2.4 ORGANIZAÇÃO POR PROGRAMAS -	28
2.5 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011 -	29
3 ORIENTAÇÃO DE GOVERNO	31
3.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO -	32
3.2 DIRETRIZES DE GOVERNO -	36
4 ORIENTAÇÕES SETORIAIS	39
4.1 EDUCAÇÃO E CULTURA -	40
4.2 SAÚDE -	42
4.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL -	43
4.4 SEGURANÇA E JUSTIÇA -	45
4.5 TRABALHO E RENDA -	46
4.6 DESENVOLVIMENTO RURAL -	47
4.7 TURISMO -	48
4.8 INFRA-ESTRUTURA -	49
4.9 MEIO AMBIENTE -	51
4.10 INSTITUCIONAL -	53
5 O PPA EM NÚMEROS	55
6 METAS E PRIORIDADES PARA 2008	61
EQUIPE DE GOVERNO	83
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	86

Mensagem do Governador





MENSAGEM DO GOVERNADOR

Apresentamos ao povo do Piauí o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que traça as políticas estratégicas para o desenvolvimento estadual, considerando o contexto socioeconômico do Estado, a partir de uma visão territorial das nossas potencialidades, articulada com a realidade brasileira e o cenário internacional, construído num amplo processo participativo, envolvendo todos os segmentos da sociedade piauiense.

Traçar um panorama da perspectiva do desenvolvimento piauiense hoje aponta para uma análise bastante distinta da que se fazia até bem pouco tempo atrás. Se dos primórdios até um período bastante recente os aspectos econômicos eram costumeiramente descritos num misto de forte dependência, subordinação, subaproveitamento de oportunidades e gargalos por vezes intransponíveis, hoje nos deparamos com uma situação bem diferente, em que já são visíveis os avanços obtidos nos últimos anos nas esferas social e produtiva, vislumbrando, concretamente, novos caminhos a serem percorridos.

Atualmente, o Piauí aproveita um momento favorável da economia nacional e uma parceria efetiva com o Governo Federal que, somado ao dinamismo interno, consolidam um crescimento econômico regular, ganhos de competitividade em vários setores produtivos, ascendência na produção agrícola, otimização da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e uma organização fiscal inédita.

É notório que as premissas basilares para o desenvolvimento estão sendo construídas de forma sustentada, respeitando o meio ambiente e direcionando os ganhos para a população piauiense, que vivencia um modelo de gestão no qual o ser humano é o protagonista do processo, garantindo legitimidade às proposições governamentais e contribuindo para o aumento da cidadania e do controle social.

As experiências e vitórias acumuladas no período 2003-2006 redirecionaram de forma ascendente os rumos do nosso desenvolvimento. De fato, parte das mudanças podem ser medidas através dos



vários indicadores que apontam os avanços, mas percebemos também uma verdadeira transformação da sociedade que hoje, mais do que nunca, se orgulha de sua piauiensidade.

O desafio para os próximos anos é reforçar as políticas que trazem resultados, criar novos mecanismos de resgate e inserção da parcela da sociedade que ainda permanece numa situação de pobreza, e preparar uma política sustentável a longo prazo que garanta às gerações vindouras novas perspectivas e oportunidades.

As restrições orçamentárias que inibem o desenvolvimento ainda persistem, daí a necessidade de se adotarem políticas criativas e eficazes na geração de emprego e renda, além de manter a articulação com o Governo Federal para potencializar os investimentos estaduais nas áreas social, produtiva e, principalmente, na infra-estrutura, que deve ser incrementada com os recursos a serem aplicados através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) até 2010.

Se o PAC responde parcialmente por grandes – e necessárias – obras de infra-estrutura, caberá ao Governo, por outro lado, priorizar a dinamização econômica através de ações que estimulem os pequenos, médios e grandes empreendimentos. Nesse aspecto, os arranjos produtivos locais representam uma importante alternativa econômica, uma vez que oportuniza a agregação dos diferentes elos das cadeias produtivas, fortalecendo a eficiência, a integração e o crescimento endógeno.

Hoje, o Piauí tem clareza dos fortes e diversificados setores que, devidamente estimulados, mudarão a dinâmica produtiva em todos os Territórios de Desenvolvimento, por isso a importância dos arranjos produtivos das pedras preciosas, da ovinocaprinocultura, do mel, do turismo, enfim, de um conjunto de atividades intensamente geradoras

de emprego e renda, que diversificam os mercados locais, minimizando o êxodo campo-cidade, e, principalmente, permitindo que as pessoas se tornem os principais agentes do seu próprio futuro.

O projeto de desenvolvimento para o setor rural busca conciliar a agricultura familiar com o agronegócio. É um modelo novo, em experimentação no Estado, mas que acreditamos ser o ideal para aproveitar o nível de produtividade e inserir os pequenos no mundo do agronegócio, focando alternativas energéticas que ora são demandadas.

O projeto de biodiesel através da mamona já é uma realidade, mostrando-se uma experiência que integra alternativas econômicas, sociais e ambientais num só projeto. Por outro lado, o cultivo da cana-de-açúcar para produção de etanol também tem ganhado espaço na nossa pauta produtiva, atendendo a um imperativo do mercado: ampliar as opções de substituição de combustíveis fósseis que, além de finitos, vão de encontro com questões cruciais para a saúde ambiental do planeta.

A conjuntura econômica favorável se reverte na melhoria da qualidade de vida do povo piauiense, revelada através de um conjunto de indicadores sociais que ano a ano apresentam resultados mais favoráveis.

As taxas de pobreza e de desigualdade têm decrescido a cada levantamento estatístico. O índice de Gini, por exemplo, diz que o grau de concentração de renda, um dos mais graves problemas brasileiros, regrediu no Piauí.

A taxa de pobreza demonstra claramente essa mudança para melhor na renda do piauiense nos últimos anos. Se em 1998 a pobreza atingia a 59,8% dos piauienses, em 2004, são 41,5% aqueles que ainda sofrem de restrições de renda. É para essas pessoas que o Governo continua a empreender



esforços para diminuir a situação de pobreza e miséria, bem como o fosso social que ainda persiste na sociedade brasileira.

O desenvolvimento só se efetiva se as pessoas puderem fazer parte dele. As ações nas áreas de educação, saúde e segurança fazem parte de uma política maior que inclui experiências bem sucedidas na assistência social, na defesa dos direitos do cidadão, na cultura e esporte, enfim, em todas as áreas que promovem o resgate da cidadania e asseguram melhores condições de vida a todos os piauienses.

Reafirma-se, portanto, o compromisso de que, ao longo do período do Plano Plurianual, as oportunidades serão aproveitadas, e quando essas não existirem, serão criadas, pois é com compromisso, criatividade e transparência que alcançaremos um estado de desenvolvimento para todos os piauienses.

Com esse propósito, Senhoras e Senhores, convidamos vossas excelências para apreciar o Plano ora encaminhado, na certeza da valiosa contribuição dessa Casa ao aprimoramento do planejamento governamental.

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Governador do Estado do Piauí



LEI Nº 5.714, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 05, de 12 de julho de 1991.

Parágrafo Único – Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I – Base Estratégica do Plano Plurianual;

II - Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Unidade, Ação, Meta e Recursos Financeiros;

III - Anexo III – Metas Físicas Anuais por Programa, Ação e Território de Desenvolvimento;

IV - Anexo IV – Demonstrativo Consolidado dos Recursos Financeiros por Unidade, Programa e Fonte;

V - Anexo V – Quadro-Resumo das Aplicações por Ano e Fonte de Recursos;

VI - Anexo VI – Demonstrativo das Ações não

Orçamentárias.

Art. 2º – O Plano Plurianual 2008-2011 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º – Os Programas e Ações deste Plano serão observados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias Anuais e nas leis que a modificam.

Art. 4º – As metas da Administração Pública Estadual, para cada exercício de vigência do Plano Plurianual, serão apropriadas pela respectiva Lei Orçamentária, observadas as prioridades e regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias pertinente e a disponibilidade anual efetiva de recursos financeiros.

Art. 5º – O Plano Plurianual sofrerá revisões e alterações, tendo em vista ajustá-lo às diretrizes da política econômico-financeira nacional e ao contexto econômico e social do Estado, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único, Art. 3º, da Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, e observado o seguinte:

I – no caso de novos investimentos, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, mediante lei que autorize a sua inclusão no Plano Pluri-



anual;

II – no caso das alterações decorrentes da elaboração da proposta orçamentária, mediante a Lei Orçamentária referente a cada exercício, acompanhada de quadro demonstrativo das modificações do Plano Plurianual;

III – nas alterações oriundas de créditos adicionais, através do ato de abertura do crédito, acompanhado do quadro demonstrativo dos ajustes pertinentes ao PPA.

Art. 6º – Os valores financeiros consignados a cada ação no Plano Plurianual são estimativos e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 7º – A gestão do Plano Plurianual será coordenada pela Secretaria do Planejamento num processo compartilhado com os órgãos setoriais, a partir de metodologia de monitoramento e avaliação voltada para resultados.

Art. 8º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em 26 de dezembro de 2007.

José Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador do Estado do Piauí

VISÃO DE FUTURO

Um Estado rico, com justiça social e ambientalmente seguro, onde o ser humano é o centro convergente da ação dos Governos, com vistas à garantia da segurança social e da cidadania.

Contextualização Socioeconômica do Piauí



CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PIAUÍ

A dimensão da economia piauiense é consequência direta do modelo de desenvolvimento do país, que sempre margeou a costa brasileira, promovendo grandes desequilíbrios regionais. Enquanto as regiões Sul e Sudeste possuem uma rede logística consolidada, os estados situados no interior do país, em especial os do Nordeste, ainda precisam de uma infra-estrutura de base para promover o crescimento da economia.

Nesse contexto situa-se o Estado do Piauí, que conta, historicamente, com suas riquezas naturais que, apoiadas por outras institucionais, aos poucos, mas de forma contínua, vem logrando alcançar um patamar de crescimento suficiente para colocar o Estado numa posição mediana no contexto nordestino quanto a alguns indicadores, modificando um passado recente no qual o Piauí figurava entre os últimos.

O bom desempenho da economia piauiense pode ser verificado na evolução do Produto Interno Bruto (PIB), medida básica do grau de desenvolvimento, e que, numa definição simplista, representa o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no período de um ano.

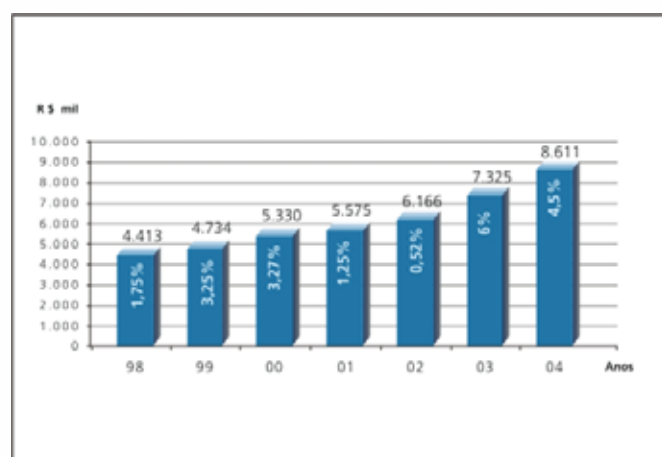
O valor absoluto do PIB alcançou em 2004 a cifra de R\$ 8,6 bilhões (Gráfico 1), montante este que contabiliza uma variação real do PIB da ordem de 4,5%, colocando o Piauí numa posição mediana no ranking dos estados brasileiros, com crescimento

real superior ao de muitos outros.

Com efeito, esta variação real do PIB piauiense, em 2004, é a quarta maior da região nordestina e a 14ª dentre os estados brasileiros, conforme o Gráfico 2.

O crescimento real do PIB ficou ligeiramente abaixo do crescimento obtido pelo Brasil (4,9%) e pela macrorregião Sudeste (5,1%), superando, por outro lado, o das macrorregiões Centro-Oeste (4,2%) e Sul (4,0%), além de Estados de economia considerada forte, tais como, por exemplo, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

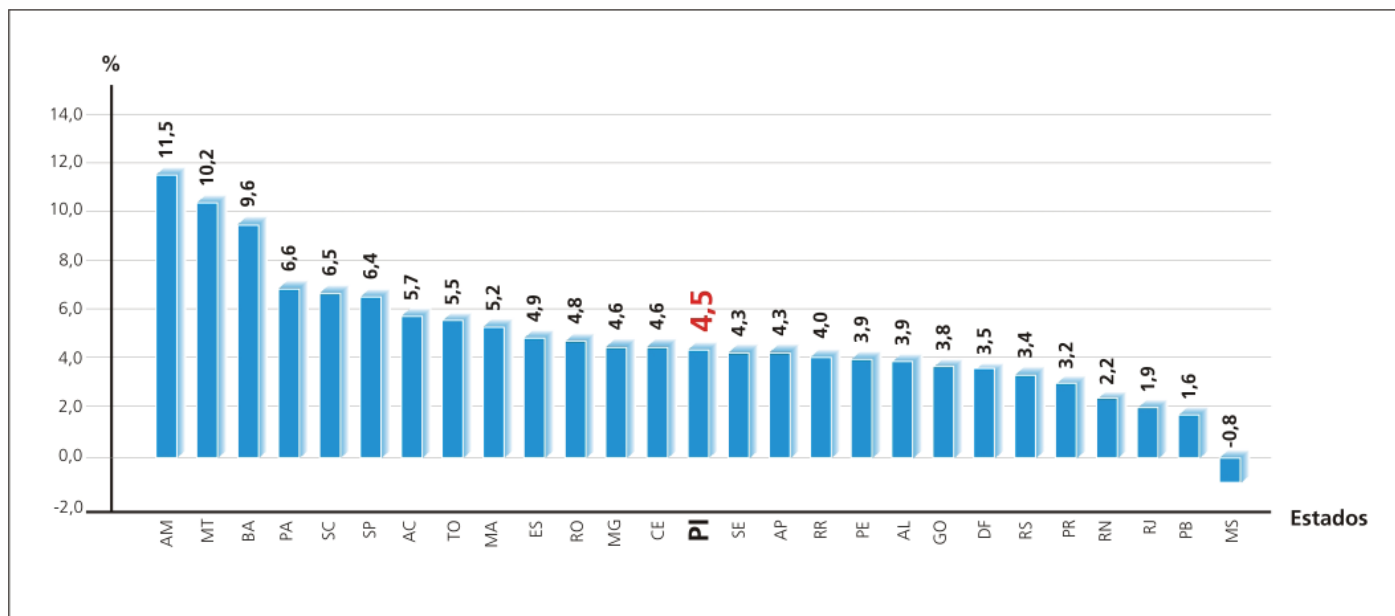
Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto do Piauí 1998/2004



Fonte: Fundação CEPRO, Coordenação de Contas Regionais



Gráfico 2 - Variação Real Anual do PIB dos Estados Brasileiros (%) – 2004/2003



Fonte: Fundação CEPRO, Coordenação de Contas Regionais

Na composição do PIB do Piauí (Quadro 1), dentre os três grandes setores da economia, historicamente é o setor terciário que detém a maior representação (60,2% em 2004), seguido dos setores secundário e primário com, respectivamente, 27,2% e 12,6%.

Vale mencionar, entretanto, que o setor líder, o terciário (que corresponde às atividades do comércio, prestação de serviços, reparos e administração pública) vem perdendo parte de sua representatividade relativa em prol do setor primário, desde que um fato novo teve lugar na economia do Estado: o aproveitamento das potencialidades naturais do

seu cerrado para produção de grãos, principalmente a soja.

De fato, a agricultura piauiense vem crescendo de modo exponencial, desde os anos 1990, quando teve início o cultivo da soja que, desde então, não parou de evoluir.

O Gráfico 3 mostra como a produção de soja se expande no Piauí – quintuplicando a cada quinquênio: grosso modo, passou de inexpressivas 20,2 mil toneladas em 1995 para 100,8 mil toneladas em 2000 e para 559,5 mil toneladas em 2005.

Quadro 1 - Composição do PIB do Piauí, Segundo os Grandes Setores da Economia – 1993 / 2003 / 2004

Setores da Economia	Ano	Ano	Ano
	1998	2003	2004
Setor Primário	8,4	12,1	12,6
Setor Secundário	27,5	27,4	27,2
Setor Terciário	64,1	60,5	60,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Regionais



A crescente produção de soja tem repercutido positivamente na economia estadual, a ponto de tornar-se artigo de exportação, modificando o perfil do comércio exterior do Piauí. A inserção da soja em grão e de seu farelo na pauta de exportações representa novos incrementos, seja no quantum físico, seja no econômico, das remessas piauienses para o exterior.

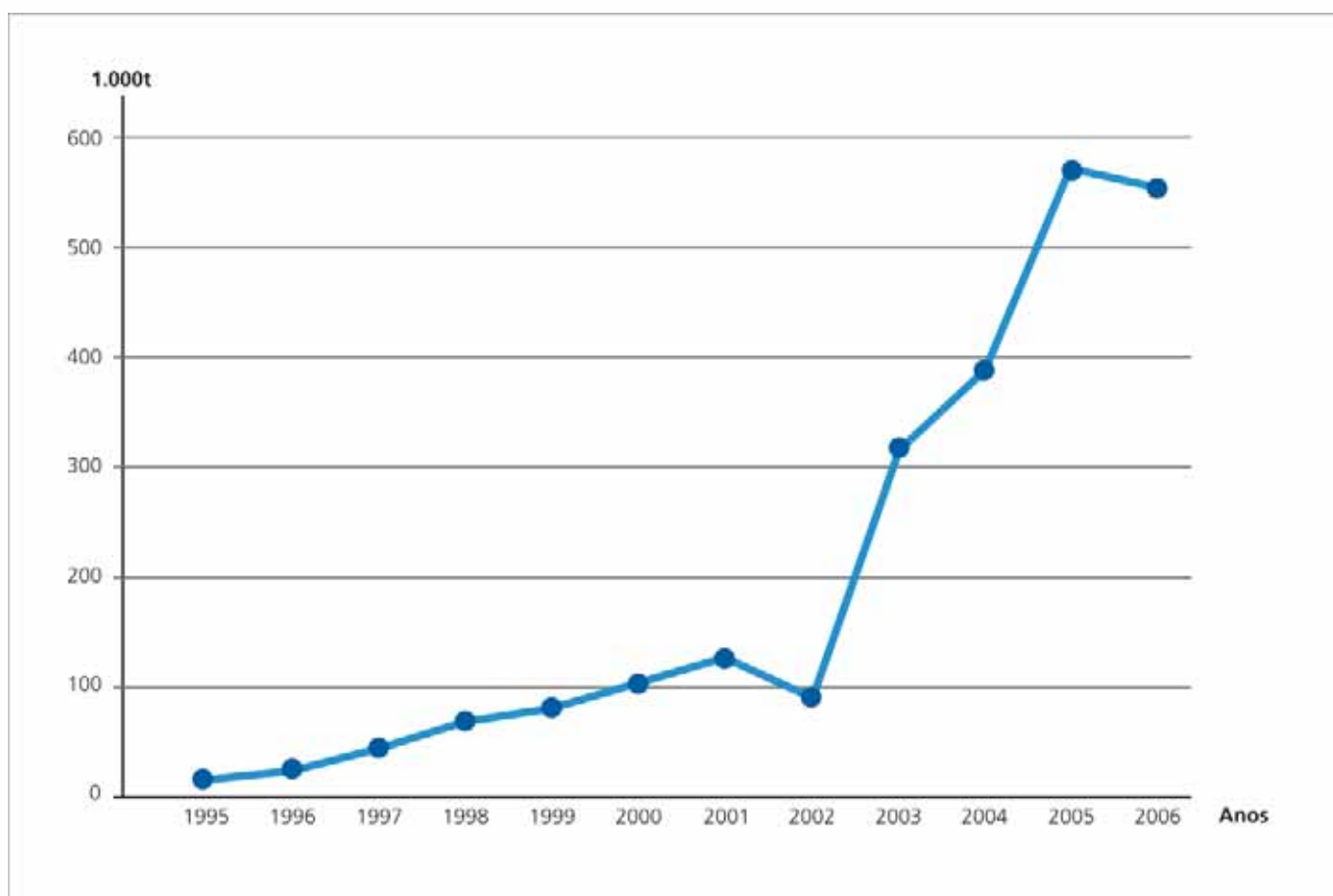
Exemplo disso é que esses dois artigos conquistaram uma participação relativa crescente e já relevante no faturamento das exportações, da ordem de 17%, 23,3%, 25,5% e 35,2%, referentes aos anos de 2002 / 2003 / 2004 / 2005, respectivamente. A sojicultura, que já participa com 52,4% do total da produção física, entretanto, é tão-somente

o carro-chefe da expansão recente da agricultura piauiense.

Estado detentor de grandes recursos naturais e multiopcionais no tocante à exploração agropecuária, o Piauí oferece potencialidades para quase tudo nesse setor da economia, desde que se deixem de lado os métodos arcaicos, ainda em grande parte utilizados, e se incorporem novas tecnologias, ainda que simples e ao alcance da média dos produtores.

A política para a agricultura do Governo do Estado vem implantando facilidades neste sentido. Ao lado da soja, a expansão de outras culturas graníferas vem obtendo excelentes resultados, conforme se verifica no Quadro 2.

Gráfico 3 - Evolução da Produção de Soja nos Cerrados Piauienses – 1995-2006 (mil t)



Fonte: IBGE, PAM, LSPA



Ressalta à vista que o ano de 2005 representa um marco histórico no Piauí: pela primeira vez a produção de grãos no Estado atingiu a marca de um milhão de toneladas e já no ano seguinte superou aquela produção física demonstrando claramente uma tendência crescente, em busca de patamares mais elevados. Para a chegada – e ultrapassagem – da barreira do milhão de toneladas de grãos, contribuíram principalmente a soja, o arroz e o milho. Vale destacar o caso da oleaginosa mamona – não pela sua participação relativa, ainda pequena, mas pelo aspecto de “fato novo”, da capacidade do Es-

mamona passar de 0,1 mil t para 2,0 mil t, e para 5,6 mil t em 2003, 2004 e 2006, respectivamente.

A referida empresa já instalou, no município de Floriano, uma unidade produtora de biodiesel visando ao processamento da mamona internamente, colocando o Piauí na dianteira da produção desse combustível ecológico e renovável, oferecendo o Estado sua contribuição, também, na questão global e preocupante da poluição e aquecimento do planeta.

Contudo, a geração de riqueza, a expansão

Quadro 2 - Produção de Grãos no Estado do Piauí – 2002-2006

(Em mil toneladas)

	2002	2003	2004	2005	2006
Soja	91,0	308,2	388,2	559,5	544,1
Arroz	89,9	195,6	169,4	228,2	192,4
Feijão	27,6	51,6	38,8	47,6	67,0
Milho	82,7	228,3	134,1	191,8	229,5
Mamona	-	0,1	2,0	5,1	5,6
Fava	-	0,6	0,7	0,5	0,6
TOTAL	291,2	784,4	733,2	1.032,7	1.039,2

Fonte: IBGE - LSPA / GCA

tado – que possui áreas de cerrado, de semi-árido, de transição e a faixa litorânea – de responder com êxito as novas demandas, tal como aconteceu com a soja.

No caso da mamona, cuja cultura vem passando por um processo de revitalização nos últimos três anos, a expectativa é a sua inserção na cadeia produtiva do biodiesel como alternativa ecológica à matriz energética baseada no petróleo. Iniciativas concretas – físicas e institucionais, porém ainda restritas nos moldes da agricultura familiar – realizadas no âmbito estadual pelo Governo do Piauí em parceria com uma grande empresa do setor de combustíveis, foram o bastante para a produção de bagas de

do emprego e o aumento da renda da população, no Piauí, não se restringem às potencialidades do setor agropecuário. O Estado também disponibiliza à classe empresarial uma gama de vantagens competitivas no setor industrial, principalmente na atividade da indústria de transformação.

Com efeito, ao lado do atual ciclo expansivo da agricultura, vem ocorrendo, de modo inquestionável, a expansão paralela do setor industrial no Estado, em aproveitamento das vantagens locais, econômicas e dos incentivos governamentais.

Assim é que grupos empresariais locais e de fora do Estado estão investindo na atividade indus-



trial, sobretudo no ramo da agroindústria, para o qual residem grandes oportunidades no Piauí.

O Quadro 3 mostra a evolução dos empreendimentos industriais incentivados no Estado, nos últimos oito anos, subdivididos em dois quadriênios. No período total foram criados 397 novos empreendimentos industriais, gerando 134.200 novos empregos, com investimentos superiores a 1,3 bilhão de reais.

No comparativo entre os dois períodos pode-se observar claramente a ocorrência de uma nova dinâmica na industrialização do Piauí, no quadriênio 2003/2006 – algo como uma socialização do setor industrial: um maior número de empreendimentos (52,0), de menor porte total (39,5% dos investimentos), de menor porte médio (2.655,6 mil reais por empreendimento), gerando um maior número de emprego (60,5%), e o maior número de empregos indiretos, os empregos multiplicados fora do empreendimento, que geram impactos em outros setores e dinamizam a economia, redistribuindo melhor a renda (62,5%).

Assim é que, extrapolando-se a geração de novos postos de trabalho no setor industrial, a geração de emprego em geral se torna potencia-

lizada quando se considera o universo da economia piauiense, em todos seus setores.

A expansão do emprego na economia piauiense e, simultaneamente, a da formalização do emprego, que se traduz numa condição mais ideal e de inclusão social do trabalhador, conforme expostos no Gráfico 4, indicam que no período 2001 a 2005 foram criados, no Estado, 55,3 mil empregos, redundando em acréscimo de 12,6%. Quanto à formalização desses empregos, está ainda distante do ideal, mas é verdade, vem crescendo a uma taxa superior à do crescimento do emprego – precisamente o dobro.

A respectiva taxa de formalização do emprego, no período, foi de 24,0%, refletindo o acréscimo de 30,3 mil novas carteiras assinadas, conquista esta do trabalhador suscitada pelos esforços governamentais em prol dos detentores da força de trabalho.

Um outro indicador que, por tabela, indica a recente pujança da economia piauiense é a arrecadação tributária, porque é reflexo direto da magnitude da economia.

Duas das funções da economia, a distribuição

Quadro 3 - Resumo das Empresas Industriais Instaladas ou em Implantação, Beneficiadas com Incentivos Fiscais Estaduais – 1999-2000 / 2003-2006

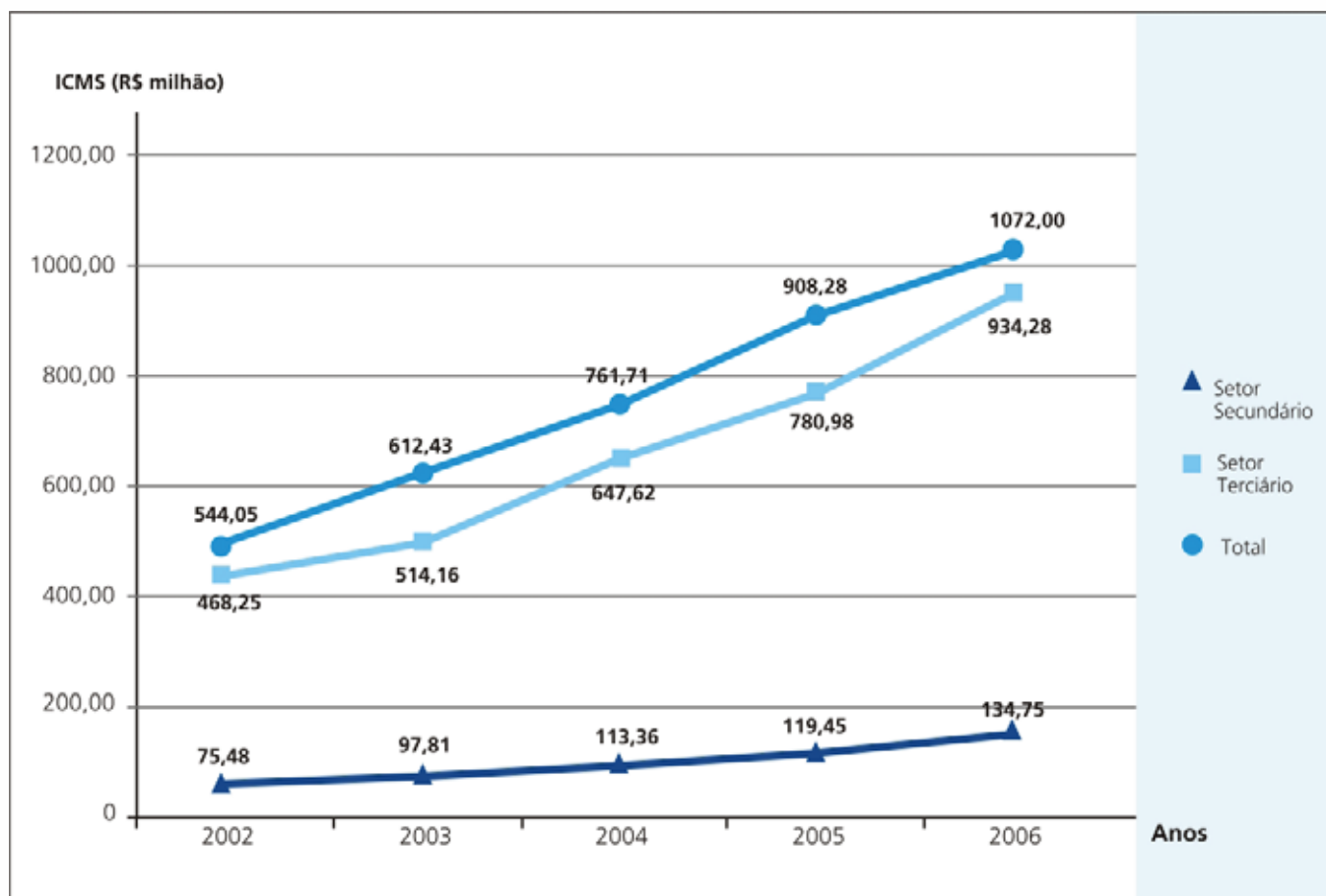
Períodos	Número de Empresas	Total de Empregos	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Investimento (R\$ 1.000)	Média por Empresa (R\$ 1.000)
1999-2002	191	53.133	10.503	42.630	838.577	4.390,4
(%)	(48,0)	(39,5)	(50,6)	(37,5)	(60,5)	-
2003-2006	206	81.067	10.185	70.881	547.069	2.655,6
(%)	(52,0)	(60,5)	(49,4)	(62,5)	(39,5)	-
Total	397	134.200	20.688	113.511	1.385.646	3.490,3

Fonte: SEFAZ / SEPLAN / SEDET / SDR, Comissão de Incentivos Fiscais



Gráfico 4 - Evolução do Emprego em Números Absolutos

(1.000 empregos)



Fonte: IBGE / PNAD. Tab. 4,21 (Ano 2005. Tab. 1906)

e a comercialização de bens e serviços – que têm a função intermediária de ligação da produção com o consumo – atuam como excelentes indicadores desta magnitude, por refletir uma correlação direta com as duas últimas mencionadas. No caso do Piauí, tal desempenho é traduzido pela dinamização contínua da economia, que por sua vez é mensurável pela arrecadação do imposto que incide justamente sobre a distribuição e a comercialização de bens e serviços, o ICMS. Como se verifica no Gráfico 5, a arrecadação deste imposto é crescente, tendo quase duplicado (aumento de 97,0%) no período 2002-2006, devido à dinâmica crescente da economia piauiense e ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação. E tem como fato inédito ter ultrapassado, em 2006,

a barreira do bilhão de reais recolhidos. No período em foco, a média anual da contribuição do setor terciário da economia – comércio e serviços – na composição relativa do ICMS é, aproximadamente, da ordem de 87,1%, enquanto o setor secundário representa 12,6%. No que se relaciona ao comércio externo, o Piauí, historicamente, não tem tradição de grande exportador.

Até a década de 1990 a pauta das exportações piauienses era formada por produtos primários semiprocessados, tais como cera de carnaúba, castanha de caju, couros e peles. A partir dos anos 2000 a lista de produtos de exportação foi ampliada, com a inclusão de outros produtos primários, como mel



de abelha, sucos de frutas e a soja e seu farelo.

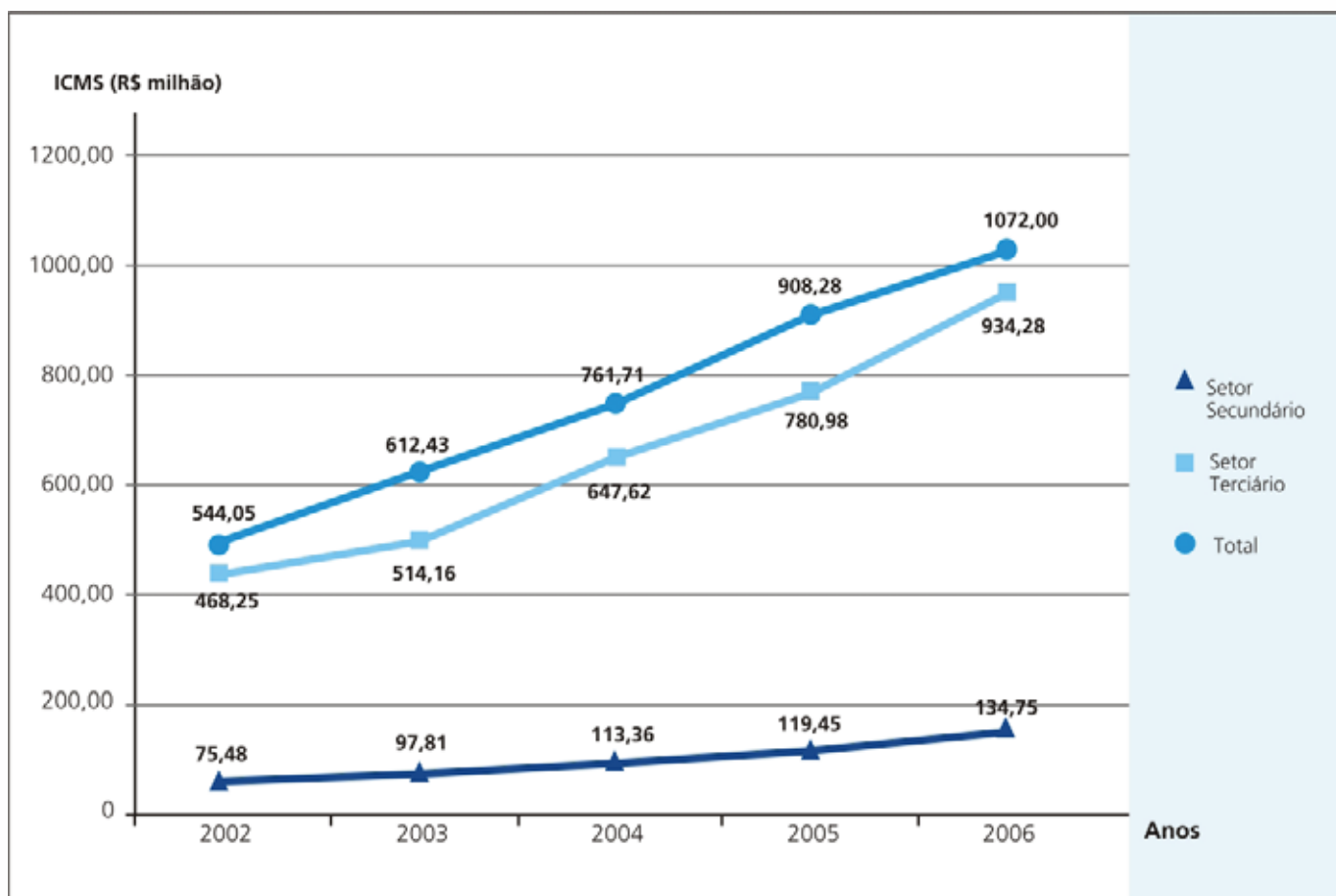
A propósito disso, vale ressaltar o peso crescente destes dois últimos produtos no faturamento das exportações que, em termos relativos, passaram de 17% em 2002, para 35% em 2005.

A balança comercial do Estado, Gráfico 6, configura um comportamento cíclico, apresentando anos de crescimento alternado com anos de ligeiros declínios, tanto pela ótica das exportações como das importações, em função de conjunturas internacionais e locais, respectivamente.

O fator importante, todavia, é que o Piauí é superavitário quanto aos saldos anuais da sua balança comercial, resultando daí a internalização de recursos privados oriundos do resto do mundo, que por sua vez, acrescidos ao capital endógeno, reforça a massa de capital próprio existente no Estado.

A conjuntura econômica atual, que delinea este cenário de crescimento para a economia piauiense, também constrói os pilares para um cenário fiscal favorável nos próximos anos, no qual se vislumbra a manutenção do equilíbrio financeiro

Gráfico 5 - Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade a Preços Correntes – 2002-2006

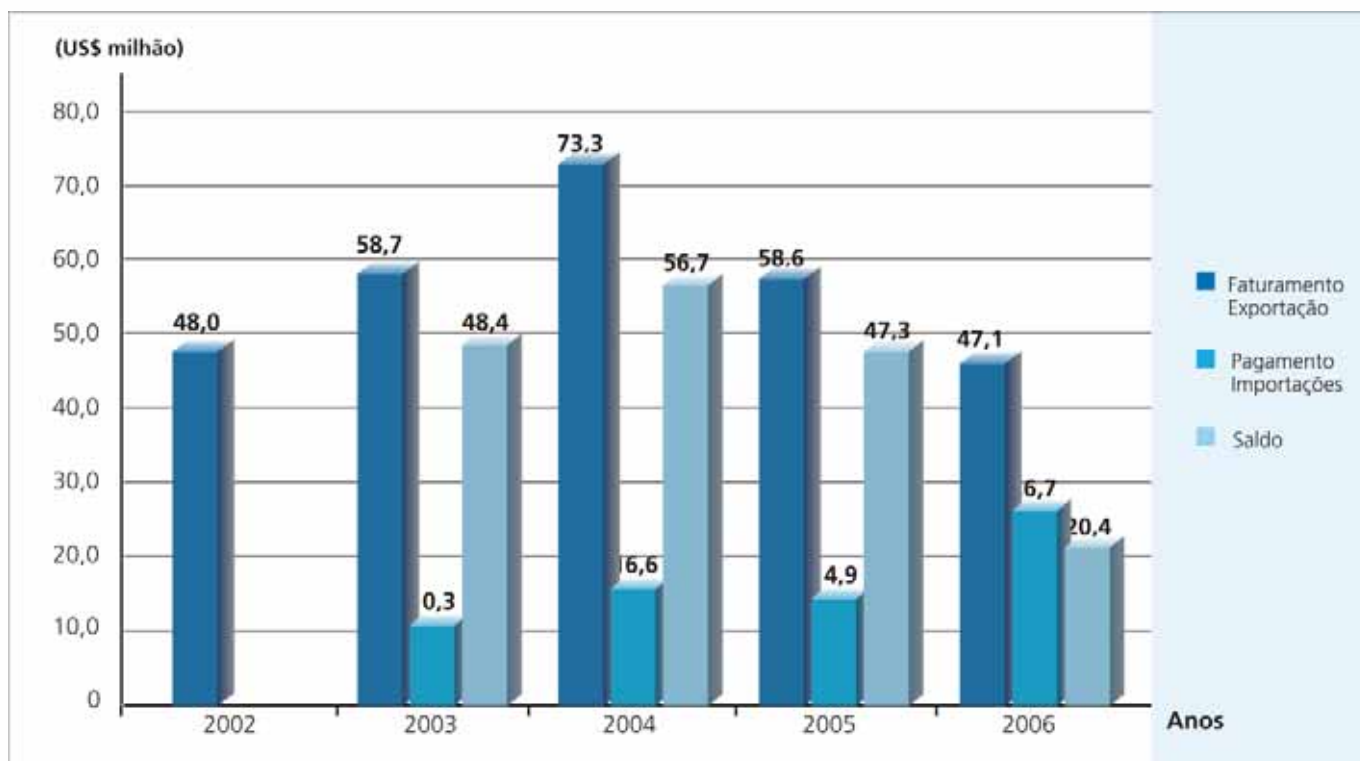


Fonte: SEFAZ, Divisão de Controle da Arrecadação

Obs.: o Setor Primário apresenta números mínimos, por isso foram excluídos do gráfico



Gráfico 6 - Balança Comercial do Piauí – Exportações, Importações e Saldos – 2002-2006



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

conquistado pelo Estado, caracterizado pelo cumprimento sucessivo das condições estabelecidas no programa firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É necessário, no entanto, além do esforço para cumprir o ajuste fiscal, que leva o Estado a sacrificar sua atuação em outras áreas imprescindíveis ao desenvolvimento socioeconômico, encontrar fontes de financiamento para impulsionar os investimentos em infra-estrutura.

As medidas adotadas para o aumento da arrecadação de impostos estaduais têm diminuído o fosso existente entre as receitas próprias e os repasses constitucionais, em especial o Fundo de Participação dos Estados (FPE). No quadriênio 2003-2006, o ICMS teve um crescimento nominal de 75,4%, enquanto o FPE, principal transferência da União, cres-

ceu 52,8%.

Este aumento da arrecadação própria, porém, ainda não é suficiente para alavancar os investimentos necessários ao desenvolvimento, por isso o Plano Plurianual 2008-2011, que foi concebido na perspectiva de lograr ao Estado do Piauí um crescimento mais acelerado, conta com a priorização de investimentos do Governo Federal e de outras fontes de financiamento internas e externas.

Os projetos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal para o Piauí representam um importante impulso para o Estado consolidar uma rede logística básica nas áreas de transportes, energia, habitação, saneamento e comunicações.

Além disso, outras fontes de recursos, internas e externas, garantirão os investimentos que



o Governo pretende realizar no período.

No Quadro 4 apresenta-se o demonstrativo das fontes de financiamento do PPA, destacando-se a Fonte 00 – Recursos Ordinários, responsável por 59,4% do total dos recursos, seguida de Convênios, com 11,9%.

Em decorrência dos números sempre crescentes que permeiam a economia piauiense, sob qualquer ângulo, a perspectiva não poderá ser outra senão a da continuidade deste desempenho.

Quando a base econômica torna-se fortaleci-

da – e este é o caso do Piauí – a expectativa é que o efeito multiplicador da economia se encarregue, espontaneamente, de cumprir a sua função.

Mas, no caso piauiense, não bastassem suas potencialidades naturais, sua classe empreendedora dinâmica e sua força de trabalho facilmente qualificável, conta o Estado ainda com o esforço constante do Governo do Piauí, disponibilizando os incentivos institucionais necessários, em apoio aos esforços da sociedade piauiense, rumo ao desenvolvimento.

Quadro 4 - Distribuição dos Recursos Financeiros do PPA 2008-2011, por Fonte de Financiamento

Valores em R\$ 1,00

FONTE DE RECURSOS	TOTAL
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO – OGE	18.392.491.343
00 - Recursos ordinários	11.091.678.056
10 - Recursos de convênios	2.219.965.575
11 - Cota-parte do estado na receita da CIDE	150.135.365
12 - Recursos diretamente arrecadados	683.181.380
13 - Recursos do SUS	982.906.997
14 - Recursos do FNDE	108.748.247
15 - Valorização do ensino	1.271.143.004
16 - Operação de crédito interna	211.132.420
17 - Operação de crédito externa	115.637.500
18 - Recursos dos fundos especiais	24.863.108
19 - Recursos do fundo de previdência	1.533.099.691
EXTRA – OGE	274.008.185
22 - Fundos constitucionais ou administrados pela União	58.800.000
23 - Parcerias	172.008.185
25 - Outros	43.200.000
TOTAL	18.666.499.528

Fonte: SEPLAN/PI

Metodologia de Construção do PPA

2



METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PPA

2.1 VISÃO TERRITORIAL

O Plano Plurianual 2008-2011 foi elaborado tendo como referência a visão territorial do Estado do Piauí, definida a partir de uma estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazos, com ênfase na atuação nos planos local e regional, privilegiando como instru-

mentos a consulta e a participação efetiva da sociedade. Compreende-se por territorialidade o conjunto das relações simbólicas que se estabelecem entre as pessoas que ocupam determinada região e mantêm suas tradições, num campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural.

Figura 1 - Divisão Territorial do Estado do Piauí – 2007



Fonte: SEPLAN/PI



É o elemento humano se sobrepondo e se articulando com o espaço físico.

A partir da visão territorial se dá o estabelecimento de políticas que contemplam as particularidades, problemas e potencialidades de cada território.

Esta forma de planejar foi implantada no Estado do Piauí em 2003 com o Projeto Cenários Regionais, ação integrada de planejamento envolvendo todos os órgãos, programas e projetos do Governo do Estado, as organizações da sociedade civil e empresas privadas, mediante um conjunto de atividades regionais capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo das diversas instituições para promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Assim, com o objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado do Estado, o Piauí foi dividido em 4 macrorregiões, 11 territórios de desenvolvimento e 28 aglomerados, sendo o território a célula básica para o planejamento governamental e o elemento que dá visibilidade à regionalização das ações do Plano Plurianual 2008-2011.

A metodologia foi adotada pelo Governo Federal / CODEVASF em 2004 na construção conjunta do planejamento territorial, parceria fundamental para a concretização dos objetivos inicialmente definidos pelo Governo do Piauí.

2.2 CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

A participação da sociedade piauiense na elaboração do Plano Plurianual representa um marco histórico no planejamento estadual e uma demonstração clara de responsabilidade política do Governo em buscar no seio da sociedade a solução para os

problemas que a afligem. É a compreensão inequívoca de que a relação estado-sociedade inaugura um novo modelo, no qual o protagonismo de atores não estatais – a sociedade civil organizada – não pode ser desprezado no planejamento da ação governamental, pelo contrário, constitui-se em importante componente, garantindo legitimidade ao planejamento e contribuindo para o aumento da cidadania e do controle social.

Desta forma, as experiências participativas na construção dos planos territoriais de desenvolvimento no período 2003-2006 – que se revelaram atuais enquanto demandas e satisfatórias do ponto de vista do processo político-metodológico – compuseram uma base para a sistematização preliminar dos programas para o PPA 2008-2011, sendo incorporadas todas as propostas relevantes neles construídas, bem como valorizados os diversos canais de participação existentes nos territórios (conferências regionais, conferências setoriais, fóruns temáticos etc.).

Para validar esta sistematização preliminar e incorporar novas propostas em prol da consolidação da estratégia de desenvolvimento do Governo para o próximo quadriênio, foram realizados 11 grandes eventos nos territórios, os Fóruns de Desenvolvimento, nos quais a presença significativa da sociedade civil organizada e de gestores públicos e privados de cada território garantiu o êxito dos eventos.

Divididos em grupos temáticos, os representantes dos territórios analisaram as propostas e sugeriram novas inserções que, após serem analisadas em suas consistências e enquadramentos, complementaram os programas e as ações das Secretarias do Governo no PPA 2008-2011.

Quadro 5 - Participação Popular nos Fóruns de Desenvolvimento do Estado do Piauí – 2007

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO SEDE	Nº PARTICIPANTES
Vale dos Rios Piauí e Itaueira	Floriano	253
Vale do Guaribas	Picos	321
Vale do Sambito	Valença	278
Carnaubais	Campo Maior	209
Planície Litorânea	Parnaíba	385
Tabuleiros do Alto Parnaíba	Uruçuí	190
Chapada das Mangabeiras	Bom Jesus	229
Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	169
Vale do Canindé	Oeiras	192
Cocais	Esperantina	225
Entre Rios	Teresina	463

Fonte: SEGOV

2.3 ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

O PPA 2008-2011 foi estruturado em dois grandes módulos: a base estratégica e a tático-operacional.

Na base estratégica estão definidas a Orientação de Governo (OG) e as Orientações Setoriais (OS). A OG norteia a Visão de Futuro e as Diretrizes de Governo, enquanto as OS estabelecem as prioridades de cada órgão para o período do Plano, explicitando as principais políticas públicas a serem desenvolvidas.

Tanto a Orientação de Governo como as Orientações Setoriais foram elaboradas tomando-se por base as contribuições da sociedade emanadas dos diferentes espaços de participação social (conselhos

institucionais, conferências, consultas e audiências públicas, entre outros) e especialmente o planejamento participativo realizado nos territórios.

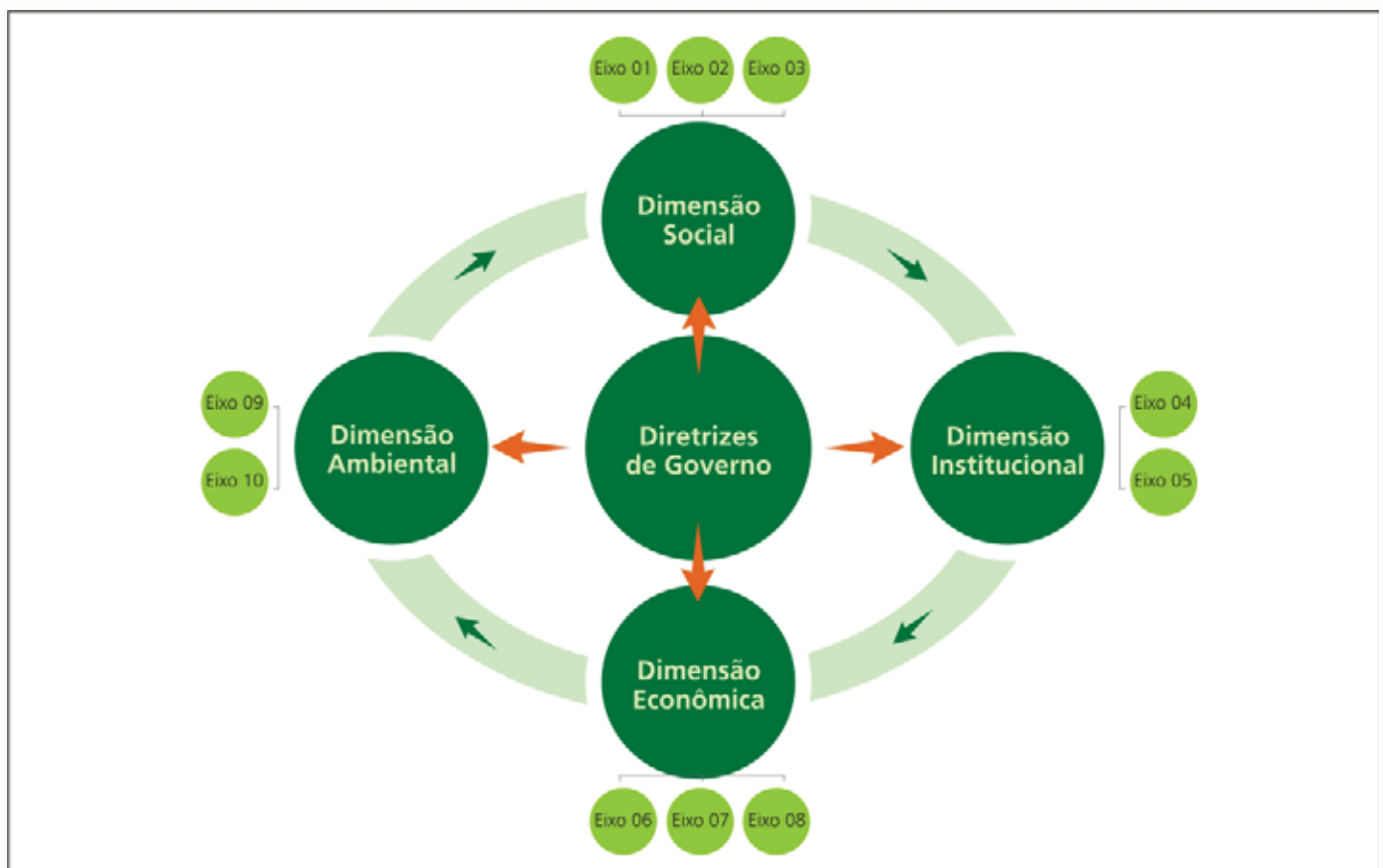
As Diretrizes de Governo foram assentadas em quatro Dimensões e 10 Eixos Orientadores da ação governamental, conforme Figura 3.



Figura 2 - Bases Estratégica e Tático-Operacional do PPA 2008-2011



Figura 3 - Organização das Diretrizes de Governo no PPA 2008-2011



**Dimensão Social**

Eixo 1 – Reduzir as Desigualdades Sociais

Eixo 2 – Fortalecer a Cidadania

Eixo 3 – Promover a Segurança Pública

Dimensão Econômica

Eixo 4 – Ampliar a Infra-Estrutura de Suporte ao Desenvolvimento

Eixo 5 – Promover o Crescimento Econômico Diversificado

Eixo 6 – Estimular a Geração de Trabalho e Renda

Dimensão Ambiental

Eixo 7 – Promover a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Eixo 8 – Fortalecer a Gestão Ambiental

Dimensão Institucional

Eixo 9 – Democratizar a Gestão Pública

Eixo 10 – Adotar uma Gestão Orientada para

o Cidadão (modernizar a administração pública, orientando-a para o cidadão).

No outro grande módulo, o tático-operacional, estão os Programas nos quais estão organizadas as ações do PPA. Foram definidos 46 Programas Finalísticos e 17 Programas de Gestão, totalizando 63 Programas de Governo, que têm o objetivo de viabilizar as macropolíticas traçadas na OG, nas Diretrizes de Governo e nas OS.

A Estratégia de Desenvolvimento, resultante do acúmulo de experiências dos últimos quatro anos, aponta para a consolidação do desenvolvimento sustentável do Estado, uma vez centrada em elementos que dão o suporte para o desenvolvimento econômico e social.

É o componente transversal do Plano, que orienta todas as políticas e através delas se concretiza.

Quadro 6 - Organização dos Programas, por Dimensão, no PPA 2008-2011

CÓD.	DENOMINAÇÃO
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	
01	Processo legislativo
02	Fiscalização financeira e orçamentária externa
03	Processo judiciário
04	Apoio administrativo
05	Modernização administrativa
06	Transparência para o cidadão
07	Qualificação e valorização do servidor
08	Planejamento para o desenvolvimento sustentável
09	Monitoramento e avaliação de políticas públicas
10	Fortalecimento das relações institucionais
11	Gestão fiscal eficiente
12	Assistência à saúde do servidor
14	Desenvolvimento de tecnologias da informação



DIMENSÃO SOCIAL	
15	Universalização do acesso à educação básica
16	Qualificação da educação básica
17	Educação profissional
18	Universidade de qualidade para todos
19	Democratização da cultura e da produção artística
20	Valorização do patrimônio cultural material e imaterial
21	Desenvolvimento do esporte e lazer
22	Fortalecimento da capacidade institucional e da gestão do SUS
23	Fortalecimento da atenção integral em saúde
24	Vigilâncias em saúde
25	Proteção social básica
26	Proteção social especial
27	Fortalecimento do sistema único da assistência social
28	Direitos humanos, direito de todos
29	Desenvolvimento comunitário
30	Segurança alimentar e nutricional
31	Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiências
32	Prevenção e combate à violência
33	Melhoria do sistema prisional
34	Prevenção e ação para emergências e desastres
DIMENSÃO ECONÔMICA	
35	Habitar Piauí
36	Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento
37	Saneamento é qualidade de vida
38	Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal
39	Integração da rede rodoviária
40	Desenvolvimento do turismo sustentável
41	Incentivo à exportação
42	Desenvolvimento empresarial e incentivo ao empreendedorismo
43	Intermediação e qualificação profissional
44	Fortalecimento dos arranjos produtivos
45	Diversificação das fontes de energia
46	Incentivo à ciência e tecnologia



47	Metrologia legal
48	Assistência técnica e extensão rural
49	Desenvolvimento da agricultura familiar
50	Incentivo ao agronegócio
51	Incentivo à criação de rebanhos
52	Defesa animal e vegetal
53	Convivência com o semi-árido
54	Regularização fundiária e viabilização econômica dos assentamentos
DIMENSÃO AMBIENTAL	
55	Gestão integrada do meio ambiente
56	Educação ambiental
57	Uso sustentável dos recursos naturais
58	Recuperação de áreas degradadas e combate à desertificação
59	Proágua
NATUREZA ESPECIAL	
13	Previdência do servidor
60	Formação do patrimônio do servidor – PASEP
61	Dívida interna
62	Dívida externa
99	Reserva de contingência

2.4 ORGANIZAÇÃO POR PROGRAMAS

A metodologia que orienta a elaboração do PPA define o Programa como o elemento central de integração entre planejamento, orçamento e gestão.

O Programa é o instrumento que articula um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias), suficientes para enfrentar um problema ou aproveitar uma oportunidade, cujo desempenho deve ser passível de aferição por indicadores coerentes com o objetivo estabelecido. No contexto da elaboração de programas do PPA, problemas são de-

mandas não satisfeitas, carências ou oportunidades identificadas, que, quando reconhecidas e declaradas pelo Governo, passam a integrar a sua agenda de compromisso.

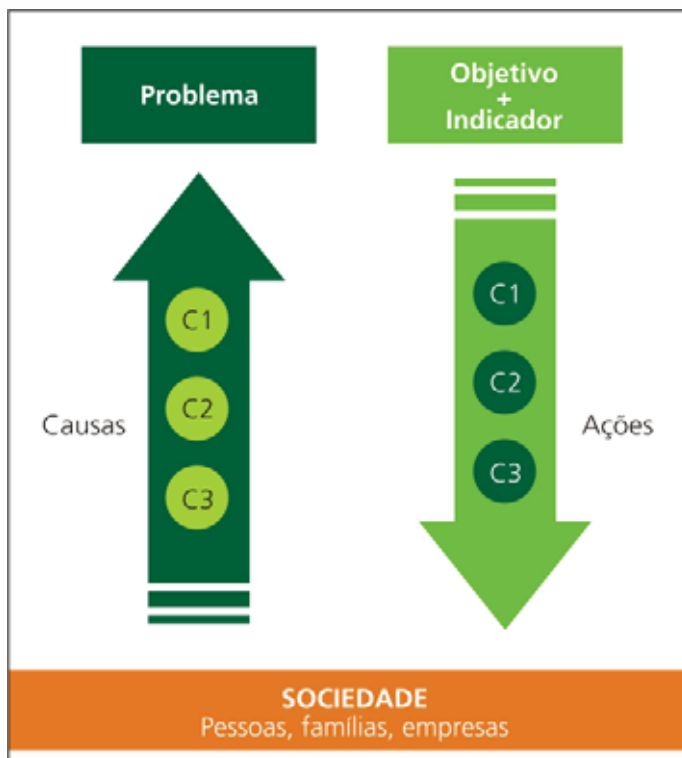
Um programa existe para resolver um problema junto à população. Assim, convém que o problema seja identificado na sociedade e não no interior da instituição, ou seja, não se deve partir das estruturas e ações existentes e buscar problemas para justificá-las. Uma vez definido o problema, sua solução será traduzida pelo objetivo do programa,



concebido para superá-lo ou reduzi-lo. O próximo passo é estabelecer uma forma de medir quanto se avança na solução em delimitado espaço de tempo e como isso será medido. Ou seja, o estabelecimento de um indicador, ou conjunto de indicadores, para medir o estágio atual e o grau de alcance dos resultados pretendidos.

O programa é implementado por meio da

Figura 4 - Etapas para Construção dos Programas no PPA 2008-2011



execução das ações que o compõem (orçamentárias e não-orçamentárias) e necessariamente devem concorrer e serem suficientes para atingir o objetivo do programa. A Figura 4 ilustra o processo de elaboração de um programa a partir do levantamento dos problemas na sociedade e da definição dos objetivos setoriais.

A gestão por programas favorece uma visão holística da ação governamental, integrando compo-

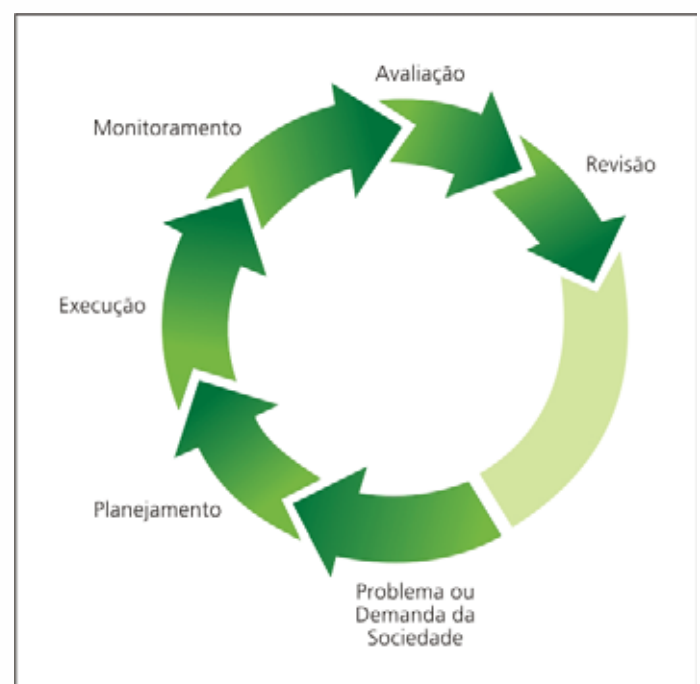
nentes de vários órgãos do Governo e estimulando a formação de equipes multidisciplinares em torno de um objetivo comum, além de proporcionar maior transparência e possibilidade de acompanhamento das ações pela sociedade.

2.5 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

A gestão do PPA objetiva viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade, por meio de uma ação decididamente voltada para resultados.

O processo de gestão do PPA é composto pelas etapas de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão. Essas etapas formam o ciclo de gestão do PPA, representado na Figura 5.

Figura 5 - Ciclo de Gestão do PPA 2008-2011





As etapas do plano não são lineares, considerando que o processo de planejamento é dinâmico.

A gestão do PPA é coordenada pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), num processo compartilhado com os órgãos setoriais, tendo a incumbência adicional de facilitar a articulação intersetorial e o enfoque territorial.

Neste sentido, será constituído um Grupo Intersetorial de Técnicos, responsável pelo monitoramento dos programas e ações, e a instalação dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, constituídos de acordo com a Lei nº 87, de 22-08-2007, e que têm, dentre outras, a atribuição de acompanhar as ações desenvolvidas nos territórios; e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, órgão máximo de deliberação das políticas públicas que nortearão a ação governamental no Estado do Piauí.

As secretarias setoriais são os executores das ações finalísticas do Governo, sendo responsáveis pelo gerenciamento e monitoramento dos programas de sua área de atuação.

O Grupo Intersetorial, formado preferencialmente por técnicos das unidades de planejamento dos órgãos setoriais, deverá organizar o processo de monitoramento e avaliação das ações do PPA no nível operacional, de acordo com estudos em andamento acerca do modelo ideal para o Estado.

Orientação de Governo



ORIENTAÇÃO DE GOVERNO

3.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O Piauí está experimentando significativos avanços na sua estrutura econômica e social neste início do século XXI. Estes avanços resultam da implantação, após 2003, de um projeto de desenvolvimento baseado num amplo diagnóstico da realidade do Estado, elaborado a partir de uma visão territorial das potencialidades piauienses, consistente com a realidade macroeconômica e política nacional e internacional, e o mais importante, um projeto que é concebido num processo participativo que envolve todos os segmentos da sociedade piauiense.

O Governo do Piauí busca um desenvolvimento que beneficie a todos. Mesmo considerando os limites temporais do PPA, que compreende um período de quatro anos, as ações do Governo são orientadas por uma estratégia de longo prazo, que vem sendo implementada desde 2003, articulando quatro dimensões – econômica, ambiental, social e institucional – que se combinam na construção de um cenário futuro marcado pelo desenvolvimento econômico com inclusão social e uso sustentável do capital natural.

O desenvolvimento deve, em sua dimensão econômica, ser capaz de promover a ampliação da capacidade de os agentes econômicos (empresas e indivíduos) gerarem cada vez mais riquezas,

aumentando a produtividade da economia e, ao mesmo tempo, possibilitar o acesso de todas as pessoas a esse ganho de produtividade, desconcentrando a renda.

Esse processo se apóia na visão territorial que foi construída pelo Governo e sociedade, a partir de 2003, e que destaca as potencialidades de cada território, permitindo a elaboração de políticas públicas que dialoguem com os interesses da sociedade, ampliando assim as chances de sucesso das ações do Estado.

O projeto de desenvolvimento que está sendo implementado busca uma articulação cada vez maior entre os setores primário e secundário, aproveitando as sinergias e gestando um modelo agroindustrial que promove o casamento da ação de empresas-âncora com a agricultura familiar e médios produtores rurais, de forma a incluir no eixo dinâmico da economia setores tradicionalmente excluídos.

A enorme potencialidade do setor primário no Estado obriga a se olhar com bastante atenção o desempenho atual e o horizonte possível da agricultura familiar. As técnicas rudimentares que ainda são utilizadas por agricultores familiares comprometem enormemente a produção de riquezas. Basta ver que cerca da metade da população



ocupada no Estado trabalha em atividades agrícolas, porém o setor primário foi responsável por apenas 12% do PIB piauiense em 2004.

Dessa forma, a melhoria da produtividade da agricultura familiar tem forte impacto na renda e na inserção social não só do contingente populacional que trabalha em atividades agrícolas, mas de toda a população.

Os benefícios gerados neste processo repercutem positivamente sobre o consumo, estimulando o setor terciário, o mais importante da economia piauiense. O comércio e o setor de serviços se beneficiam direta e imediatamente desse movimento, promovendo o aumento do emprego e gerando ainda mais renda, ampliando os efeitos dinâmicos do processo.

Esse ciclo virtuoso tem forte impacto sobre a taxa de investimento, gerando um efeito multiplicador e irradiando-se por toda a economia.

Para avançar rumo ao desenvolvimento outro desafio a ser enfrentado é a complementação dos elos faltantes dos vários arranjos produtivos que existem no Estado.

A maioria destes arranjos ainda se ressentem da ausência de empreendimentos que possam responder por etapas do processo de produção ou comercialização. O preenchimento dessas lacunas, com a implantação de novos empreendimentos, ampliará ainda mais as vantagens competitivas da aglomeração de produtores numa mesma região, contribuindo para consolidar alguns arranjos produtivos fundamentais para a geração de riquezas e renda.

A produção de energias renováveis e ambientalmente sustentáveis é hoje um tema estratégico. O Governo do Piauí trabalha para colocar

o Estado na dianteira dessa corrida, aproveitando o enorme potencial natural, elaborando estudos e projetos e promovendo a divulgação das vantagens competitivas do Piauí nesse campo.

O Governo prevê grandes investimentos privados nos setores de produção de etanol, biodiesel e biomassa (madeira) que devem se beneficiar da melhoria da infra-estrutura de energia e de transporte que está projetada.

O Governo do Estado está atento para as repercussões sociais e até mesmo ambientais que este processo pode trazer. Interessa a este Governo consolidar o Piauí como um Estado que se destaque na produção de energia renovável, mas sem esquecer que esse processo deve trazer ganhos sociais, estimulando a geração de postos de trabalho de qualidade e ampliando a renda, e respeitando o meio ambiente.

Para acelerar este processo é fundamental eliminar alguns gargalos da infra-estrutura, nas áreas de logística, energia elétrica e hídrica, que impedem ou dificultam o desenvolvimento da economia piauiense.

O Estado sozinho não pode arcar com estes investimentos, seja pela dificuldade de mobilizar recursos próprios, seja em função de limitações institucionais, já que essas áreas estão em sua quase totalidade sob responsabilidade da União.

A solução para o desafio de completar a infra-estrutura de suporte ao desenvolvimento passa pelo caminho das parcerias com o Governo Federal ou com instituições de crédito – nacionais ou multilaterais. Nesse sentido o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – lançado em 2007 pelo Presidente Lula – vem ampliar a parceria entre Governo do Estado do Piauí e Governo Federal, que já vinha rendendo excelentes resultados durante o



quadriênio 2003-2006.

Os investimentos previstos no Programa vão estimular a eficiência dos principais setores da economia, favorecendo assim a implantação de empreendimentos privados dos mais diversos portes.

Entre as soluções logísticas previstas no PAC, destaca-se a construção da ferrovia Transnordestina, que dotará o Piauí de um canal de escoamento da produção via ferroviária, interligando o Estado aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE), possibilitando a redução nos custos de transporte dos produtos aqui produzidos.

Além disso, o PAC prevê ainda importantes investimentos em energia elétrica (produção e distribuição), saneamento básico, habitação e infraestrutura hídrica, como, por exemplo, a conclusão dos perímetros irrigados Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe.

A infra-estrutura de acesso também é fundamental para o desenvolvimento do turismo no Estado, que conta com três pólos de atração turística, o litoral (turismo de sol e mar e ecoturismo), a Serra da Capivara (turismo arqueológico e ecoturismo), e Teresina (turismo de negócios e eventos), todos com grande potencial.

Com a superação das limitações da infraestrutura, a capacitação dos empreendedores e a promoção dos roteiros turísticos, o Piauí se tornará um destino turístico consolidado, com enorme repercussão sobre a geração de trabalho e renda.

A preocupação com a questão ambiental faz parte do núcleo central da estratégia do Governo. O desenvolvimento que se pretende deve ser construído sobre a pilastra do equilíbrio ambiental, buscando resolver o dilema de como utilizar os recursos naturais sem comprometer a disponibilidade

destes para as futuras gerações.

O desenvolvimento deve ir muito além dos aspectos econômicos, deve promover a inclusão social e os direitos humanos, fortalecer o exercício da cidadania, aumentar a segurança pública, promover a cultura e a prática desportiva, assegurando qualidade de vida a todas as pessoas.

A dimensão social da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo se volta para as repercussões desse processo nas pessoas, principalmente as que se encontram em situação social mais vulnerável, garantindo dignidade e transformando todas as pessoas em portadores de direitos.

Ganha destaque nesse quesito a garantia de educação de qualidade, que representa o elo mais direto entre as dimensões econômica e social do desenvolvimento. A melhoria do perfil educacional da população tem impactos sobre a produtividade da economia e sobre o exercício da cidadania.

Os avanços conquistados a partir de 2003 foram fundamentais, principalmente para o ensino médio, que passou a ser o vetor principal das ações do Governo na área da educação.

A melhoria da qualidade da educação, destacando o ensino médio, a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico, a alfabetização de jovens e adultos e a ampliação do acesso ao ensino superior são os eixos que orientam a ação do Governo do Estado, devidamente articulado e orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 pelo Governo Federal, contando com a mobilização da sociedade em torno dessa tarefa.

A garantia do direito à saúde faz parte da dimensão social da estratégia de desenvolvimento traçada pelo Governo, que atuará para reforçar



ainda mais o SUS, garantindo eficiência nos níveis da atenção básica, média e alta complexidade.

Para tanto, cabe avançar no processo de interiorização já iniciado, articulando-se com as prefeituras com o objetivo de reduzir a sobrecarga nos hospitais da capital, que devem responder pelo atendimento dos casos de média e, principalmente, de alta complexidade.

Os aspectos culturais e esportivos compõem o núcleo da estratégia do Governo, que desenvolverá ações para ampliar cada vez mais o acesso à cultura e à prática desportiva, como elementos capazes de promover a inclusão social e o exercício da cidadania. A ação pública nessas áreas será orientada para apoiar e estimular as iniciativas da sociedade.

O desafio de reduzir a violência e a insegurança será enfrentado com ações que focam na articulação com os outros entes federativos (União e municípios), destacando a atuação planejada e baseada em inteligência policial, com uso de novas tecnologias que permitem maximizar os resultados da ação da força policial.

A lógica é aumentar o caráter preventivo das ações de segurança pública, analisando as raízes mais profundas da criminalidade na sociedade piauiense.

Um processo como este não ocorre sem que o Estado tenha condições efetivas de planejar e executar políticas públicas capazes de orientar as decisões dos atores privados que constroem o desenvolvimento. Na dimensão institucional se faz necessário preparar o Piauí para atender às exigências da sociedade e das empresas.

Neste rumo é que o Governo do Estado vem implantando desde 2003 uma série de medidas que resultaram na modernização da máquina pública. A implantação de sistemas de controle financeiros

e administrativos mais eficientes e transparentes, além de ações na área tecnológica e institucional, permitiu ao Governo arrecadar melhor e gastar com mais qualidade e racionalidade, o que resultou numa maior capacidade de investimento com recursos próprios.

A estratégia de desenvolvimento contempla a valorização do servidor público, que passa a ser tratado como elemento fundamental no processo.

A implantação de Planos de Cargos, Carreira e Vencimentos para praticamente todas as áreas do funcionalismo e a atenção dada à capacitação foram importantes para resgatar o papel dos servidores na construção de um Piauí mais desenvolvido.

É importante destacar a integração entre as políticas públicas das diferentes esferas de Governo, o que significa um avanço qualitativo na aplicação mais eficiente dos recursos públicos, reduzindo sobremaneira a sobreposição de ações e os vazios provocados pela ausência de definição clara das responsabilidades de cada ente.

Esta integração funcionou tanto entre Governo Federal e Governo do Estado, como entre Estado e Municípios, com resultados fabulosos no que se refere à potencialização dos efeitos positivos dos investimentos públicos.

Com a continuidade dessa trajetória nos próximos anos, é possível prever o aumento do ritmo de crescimento da economia piauiense, estimulada pelos investimentos em infra-estrutura e pela implementação de políticas sociais que aumentam a inserção da população no mercado produtor e consumidor de bens, resultando na melhoria da qualidade de vida para todos os segmentos da sociedade.

Este é o caminho que se está trilhando e assim já está sendo possível identificar resultados



concretos. Deve-se ter em conta que o desenvolvimento é um processo que se consolida em um prazo maior que o de um mandato de governo e deve ser uma meta de toda a sociedade.

3.2 DIRETRIZES DE GOVERNO

DIMENSÃO SOCIAL

Objetiva promover estratégias de integração entre as políticas sociais, tendo como finalidade a inclusão social e a redistribuição da renda. Orienta-se basicamente pelo preceito de direitos fundamentais da cidadania e da garantia da universalização do acesso a serviços públicos essenciais, a exemplo da Educação e da Seguridade Social.

Eixo 1 – Reduzir as Desigualdades Sociais

- Garantir o acesso à educação básica de qualidade, com foco no ensino médio e profissionalizante;
- Promover a cultura, o esporte e o lazer como fatores de desenvolvimento e inclusão social;
- Ampliar o acesso aos serviços de saúde com qualidade e equidade, interiorizando e descentralizando os serviços de média e alta complexidade;
- Fortalecer a integração entre as políticas de assistência social e as políticas de educação e de desenvolvimento econômico;
- Observar as diferenças de gênero, raça e etnia na formulação e implementação de políticas públicas.

Eixo 2 – Fortalecer a Cidadania

- Fortalecer o controle social, melhorando a efetividade das políticas públicas;
- Garantir os direitos humanos, respeitando a diversidade das relações sociais;
- Reconhecer a diversidade das expressões culturais regionais, valorizando a auto-estima do povo piauiense;
- Democratizar o acesso à informação, valorizando os meios de comunicação populares e a pluralidade de expressão.

EIXO 3 – Promover a Segurança Pública

- Aumentar a segurança da população através de ações integradas;
- Aumentar o uso de novas tecnologias nas ações de investigação e na prevenção da violência.

DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica abarca, no seu escopo, as políticas voltadas à promoção do crescimento estável da renda e da ampliação do emprego, em quantidade e qualidade, que se apóiam no impulso provocado pelos investimentos e na expansão da capacidade e inovações, como condutores da elevação da produtividade e da competitividade, com ênfase na formação de infra-estrutura.

Eixo 4 – Ampliar a Infra-Estrutura de Suporte ao Desenvolvimento

- Melhorar a infra-estrutura de transporte, ampliando a interligação entre os vários modais (rodoviário, aéreo, ferroviário e hidroviário);
- Promover o uso sustentável da infra-



estrutura hídrica existente;

- Ampliar o investimento em programas habitacionais e de saneamento básico;
- Apoiar a universalização da oferta de energia elétrica;
- Apoiar a interiorização dos meios de comunicação a todo o território do Estado.

Eixo 5 – Promover o Crescimento Econômico Diversificado

- Incentivar a produção de biocombustíveis e promover o uso eficiente dos recursos energéticos;
- Incentivar novos investimentos, atraindo empresas que dinamizem o mercado local, elevando os postos de trabalho e ampliando a geração de renda;
- Ampliar o apoio à agricultura familiar;
- Apoiar a integração entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar;
- Apoiar e desenvolver ações que contribuam para consolidar os Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- Promover a regularização fundiária e a reforma agrária;
- Promover o desenvolvimento do potencial turístico do Estado;
- Estimular a exploração racional dos recursos naturais;
- Fomentar pesquisas científicas e tecnológi-

cas.

Eixo 6 – Estimular a Geração de Trabalho e Renda

- Articular os ensinos médio e profissionalizante com as estratégias de desenvolvimento territorial, potencializando as chances de inserção de jovens e adultos nas atividades mais dinâmicas;
- Estimular o empreendedorismo no âmbito da micro e pequena produção, com atenção aos componentes de crédito, assistência técnica e qualificação tecnológica;
- Estabelecer políticas de valorização do primeiro emprego e da ocupação;
- Priorizar a qualificação dos jovens que estejam entrando no mercado de trabalho;
- Estabelecer políticas de democratização do acesso ao conhecimento e às novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Elemento transversal em todas as políticas, a dimensão ambiental orienta as escolhas para que o desenvolvimento se dê com justiça social, integrando as ações de forma a superar as situações de ameaça ao ecossistema e reafirmando o objetivo do Governo Estadual de promover o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente.

Eixo 7 – Promover a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

- Valorizar e disseminar a educação ambiental;



- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Promover o aproveitamento racional e sustentável de recursos da biodiversidade com ênfase na redução do desmatamento;
- Viabilizar a sustentabilidade ambiental na produção da agricultura familiar;
- Favorecer a geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável;
- Promover a revitalização do rio Parnaíba.

Eixo 8 – Fortalecer a Gestão Ambiental

- Estimular a gestão ambiental pactuada, integrada e participativa;
- Promover o planejamento do manejo ambiental, centrado nas microbacias hidrográficas;
- Intensificar a política de zoneamento socioeconômico-ecológico nas várias escalas regionais, como instrumento de gestão dos ecossistemas, incluindo aspectos fundiários, produtivos e de preservação ambiental;
- Promover a integração de novos instrumentos de gestão ambiental e instrumentos econômicos direcionados para a produção sustentável;
- Estimular a responsabilidade socioambiental mediante o desenvolvimento de indicadores adequados às características do sistema produtivo do Estado.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Tem por objetivos o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos, a transparência do setor público com controle da sociedade, descentralização, planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão.

nia e a garantia dos direitos humanos, a transparência do setor público com controle da sociedade, descentralização, planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão.

Eixo 9 – Democratizar a Gestão Pública

- Democratizar os espaços de gestão, promovendo o controle social sobre as políticas públicas;
- Fortalecer as institucionalidades territoriais;
- Combater a corrupção e promover a transparência na gestão, democratizando o acesso a informações acerca das políticas públicas e seus resultados.

Eixo 10 – Adotar uma Gestão Orientada para o Cidadão (modernizar a administração pública, orientando-a para o cidadão)

- Implementar um modelo de gestão que busque resultados positivos para a sociedade, elevando a eficiência, a eficácia e efetividade da administração estadual;
- Fortalecer a capacitação e atualização do servidor, tornando-a permanente e compatível com as necessidades da administração pública contemporânea;
- Aprimorar os mecanismos de integração da gestão pública entre as esferas municipal, estadual e federal, visando a otimização de recursos e prevenindo a superposição de ações.

Orientações Setoriais

4



ORIENTAÇÕES SETORIAIS

4.1 EDUCAÇÃO E CULTURA

O Setor Educação e Cultura será um dos responsáveis principais pelas respostas a dois dos eixos de ação definidos para o quadriênio 2008-2011: Reduzir as Desigualdades Sociais e Fortalecer a Cidadania.

A construção de uma sociedade mais justa exigiu a reestruturação do sistema de educação, com planejamento de curto, médio e longo prazos a partir de cinco eixos: democratização do acesso à educação básica, elevação do padrão de qualidade da escola pública, valorização dos professores e profissionais da educação, modernização do sistema estadual de ensino e a colaboração entre Estado e municípios.

A expansão do ensino médio foi um feito marcante nos últimos anos. O Governo assumiu a missão de levar o ensino médio a todos os municípios do Estado, atendendo a mais 47 municípios que não contavam com esta modalidade até 2002.

O número de matrículas foi elevado de 109.188, em 2002, para 164.328, em 2006.

As ações relativas à Educação Básica no período de 2003 a 2006 têm por base o Plano Nacional da Educação e foram priorizadas com o propósito de expandir o ensino médio e a educação de jovens e adultos; melhorar o padrão de qualidade da escola

pública estadual e promover a qualificação profissional dos trabalhadores em educação, tudo isso associado à implantação da gestão democrática e participativa no espaço escolar.

Ressaltem-se resultados importantes como: a expansão do ensino médio da rede estadual para 47 municípios e mais 50 localidades rurais, atendendo, assim, a todo o Estado, e um crescimento da matrícula nesta modalidade de cerca de 50% em relação a 2002; a Educação de Jovens e Adultos presencial, que resgata uma antiga dívida social para com milhares de piauienses que não conseguiram frequentar a escola no tempo devido; e o Programa Brasil Alfabetizado, que neste período chegou a cerca de 450.000 inscrições, permitindo a redução do analfabetismo urbano e rural, num esforço que reunia também as Organizações Não-Governamentais.

No âmbito da gestão, medidas importantes foram implementadas, como a realização de eleições diretas para diretores escolares; revitalização e criação de conselhos escolares; investimentos nas condições de infra-estrutura, materiais e tecnológicas das escolas. Destacam-se também, neste período, a aprovação do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Trabalhadores em Educação Básica e a realização de concursos públicos.

O ensino superior seguiu a mesma lógica



de reestruturação, com o reordenamento de ações acadêmicas e administrativas da UESPI resultando na realização de concursos públicos, aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salários, ampliação do quadro de mestres e doutores efetivos na instituição, o reconhecimento de cursos e um aumento de aproximadamente 25% do número de alunos regularmente matriculados, além da implantação da Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

As Eleições Diretas para Reitor e a implementação de Conselhos de Campi são avanços significativos no processo de democratização e transparência das ações da Universidade.

A regionalização da UESPI é outro importante passo para o processo de desenvolvimento, à medida que possibilita a oferta de cursos de acordo com as vocações de cada território.

Nesse contexto, foram implantados núcleos da Universidade Aberta (UAB) em cada território de desenvolvimento, ampliando, com isso, a oferta de vagas da UESPI.

A capacitação do pessoal da educação ganhou maior qualidade com a criação do Instituto Superior de Ensino Antonino Freire, que passou a oferecer o curso Normal Superior, além de cursos técnicos profissionalizantes para funcionários públicos do Estado, com a finalidade de dar melhor qualidade aos serviços oferecidos.

Articulado com as novas tecnologias de ensino a distância, o Governo retomou o funcionamento da Televisão Educativa, interiorizando sua ação para Picos e Parnaíba, por ser esta um importante instrumento do processo de formação da cidadania, levando informações e atuando como canal de transmissão da educação a distância para a TV aberta.

No campo da cultura destacam-se a pro-

moção do resgate e preservação do patrimônio material e imaterial e a valorização da auto-estima do povo piauiense, priorizando a descentralização das iniciativas, buscando valorizar a profissionalização dos artistas, a capacitação técnica, o incentivo ao empreendedorismo cultural, trabalhando a cultura como fator de desenvolvimento e inclusão social.

A prática esportiva também foi vista como fator de socialização e promoção da cidadania. Nestes quatro anos o Governo promoveu a interiorização e a massificação da prática esportiva, com a promoção do esporte na escola (com o programa Segundo Tempo), o incentivo à participação de atletas profissionais e amadores nas competições regionais e nacionais, a promoção de campeonatos e eventos nos municípios, além da construção de espaços destinados às práticas esportivas.

No próximo quadriênio o Governo pretende avançar nesta área com ações que fortaleçam a integração entre as políticas de assistência social e as políticas de educação e de desenvolvimento econômico, garantindo o acesso à educação básica de qualidade, com foco no ensino médio e profissionalizante; promovendo a cultura, o esporte e o lazer como fatores de desenvolvimento e inclusão social, sempre observando as diferenças de gênero, raça e etnia na formulação e execução das políticas públicas.

Para isso serão necessárias mais e melhores escolas, dotadas de equipamentos adequados, com professores capacitados e, fundamentalmente, com um projeto pedagógico capaz de estimular os principais sujeitos – professor e aluno – na busca pelo conhecimento; melhorar o sistema de avaliação, em parceria com o Governo Federal, com os municípios e com a sociedade, de modo a fazer da escola um local que proporcione o exercício da cidadania, em articulação com o projeto de desenvolvimento do Estado e do País.



Os avanços obtidos na expansão do ensino médio serão potencializados com investimentos na melhoria da qualidade.

Parte importante dessa estratégia é a integração entre educação profissional e o potencial produtivo de cada território do Piauí, devendo o ensino profissional articular-se com as estratégias de desenvolvimento definidas para cada território, potencializando as chances de inserção de jovens e adultos nas atividades mais dinâmicas da economia.

A educação superior, com abrangência cada vez maior, deve-se integrar a este esforço, incorporando a visão de desenvolvimento territorial e dirigindo seus esforços para a formação de quadros em sintonia com o potencial de cada região.

Aliado a isso é preciso sedimentar no cotidiano social a compreensão da cultura e do esporte como um vetor de desenvolvimento e de geração de renda, a partir de iniciativas empreendedoras, auto-sustentadas, valorizando a descoberta e a inclusão de novos talentos nas diversas áreas, arte, cultura e esporte e lazer; implementar ações que garantam a manutenção e preservação do patrimônio material e imaterial de nossa cultura; democratizar o acesso à informação, valorizando os meios de comunicação populares e a pluralidade de expressão; contribuir para que as comunidades possam protagonizar e difundir suas expressões culturais e tradições numa perspectiva de acesso ao mercado e promover o esporte educacional e a prática do lazer, com a finalidade de contribuir para a saúde, a educação e a preservação do meio ambiente.

Serão estes os desafios fundamentais a serem vencidos no processo de desenvolvimento, não só pelas conseqüências positivas no que se refere ao exercício da cidadania, mas visando também ao aumento da produtividade da economia.

4.2 SAÚDE

O Governo do Piauí orienta suas ações na área da saúde com foco na estruturação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), visando à priorização das ações de promoção e prevenção da saúde, seguindo os princípios da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.

Ao longo dos últimos quatro anos, o sistema de saúde do Piauí tem conquistado expressivo aumento na cobertura de serviços, melhorando o acesso da população às ações de atenção básica, bem como às de média e alta complexidade.

Foi ampliada a cobertura dos serviços e das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, além da implantação de mecanismos de controle e avaliação das políticas públicas de saúde e fortalecimento do controle social com a participação da sociedade.

O crescimento do Programa Saúde da Família (PSF), que modifica o modelo curativo para um enfoque preventivo e de promoção da saúde, a ampliação do Programa de Saúde Bucal, as ações de apoio à inserção social de portadores de transtorno mental, além da prevenção de doenças físicas e mentais, aparecem como destaques das ações do Governo nos últimos quatro anos.

Ações desenvolvidas em parceria são importantes na área da saúde, a exemplo da capacitação sobre aleitamento materno e a descentralização do Programa de Teste do Pezinho, em conjunto com o UNICEF e o Ministério da Saúde, as quais permitiram a interiorização dessas ações, atendendo a um maior contingente populacional.

Para garantir novos serviços, melhor atendimento e maior satisfação dos usuários, o Governo investe na melhoria das estruturas de atendimento,



como as reformas promovidas em várias unidades de saúde da capital e do interior, visando melhorar as estruturas de atendimento e a modernização dos serviços prestados à população.

Os investimentos feitos demonstram o compromisso com a qualidade de vida do povo piauiense. Essas melhorias deverão ampliar o atendimento à população nos municípios, reduzindo a demanda por serviços na capital, e fortalecendo a proposta de descentralização com qualidade.

Quanto ao acesso a medicamentos o Governo investe na ampliação e manutenção dos programas de distribuição de medicamentos e de facilitação da compra através da Farmácia Popular do Brasil, a partir da Política Estadual de Assistência Farmacêutica, em parceria com o Governo Federal.

As ações especificadas no plano 2008-2011 avançam nas seguintes linhas: melhoria e interiorização do atendimento ambulatorial; implantação dos núcleos de vigilância hospitalar nas macrorregionais e municípios de grande porte, além de melhoria e ampliação da capacidade de atendimento nas unidades que atendem à alta complexidade.

As metas prioritárias são: ampliar o número de equipes dos programas Saúde da Família e Saúde Bucal, melhorar a prestação de serviços de atenção integral à saúde do portador de deficiência física, ampliar a assistência farmacêutica e de insumos estratégicos, melhoria da assistência ao portador de DST e HIV/AIDS.

Os Hospitais de Pequeno Porte (HPP) são vistos como elementos estratégicos para a reformulação do modelo de atenção do sistema de saúde. A parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permite ampliar o atendimento médico das famílias nos vários municípios, com impactos positivos sobre o Índice de Desenvolvi-

mento Humano (IDH) no Estado.

O objetivo maior dessas ações é facilitar o acesso da população às ações de saúde pública, construindo um sistema público de saúde mais humanizado e resolutivo, capaz de dar respostas às distintas demandas por maior qualidade de vida e saúde, portanto, capaz de contribuir para a superação das iniquidades e desigualdades crescentemente vivenciadas pela população, principalmente a parcela mais pobre.

4.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nos últimos anos, registrou-se um acelerado processo de ordenamento da gestão das políticas de assistência social no Piauí, avançando na consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Além disso, aprimorou-se a execução de programas voltados para inclusão social e ao exercício da cidadania, através da qualificação de gestores, técnicos e agentes sociais, por meio de atividades socioeducativas.

A partir de 2004, foi definida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a divisão das ações e serviços de Assistência Social em duas categorias de atenção ao cidadão: Proteção Social Básica, cujo objetivo é desenvolver ações de caráter preventivo, e Proteção Social Especial de Média Complexidade, que objetiva atender a situações em que os direitos do indivíduo e família foram violados, mas os vínculos familiares estão mantidos, e Proteção Social de Alta Complexidade, que atende a casos de violação de direitos do indivíduo e/ou da família, cujos vínculos familiares estão rompidos.

No Piauí, as Ações de Proteção Social Básica vêm sendo efetivadas através de programas e ações, dentre os quais se destaca o Programa Bolsa Famí-



lia, que visa unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e é voltado para promoção da cidadania e inclusão social de famílias em situação de extrema pobreza, com investimentos no quadriênio 2003/2006 em torno de R\$653 milhões e atendimento a 252 mil famílias/ano; o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC), cuja função é o atendimento a idosos, acima de 65 anos e pessoas com deficiência incapacitada para o mercado de trabalho.

Em 2006, esse programa atendeu 32.006 pessoas e empregou recursos na ordem de R\$127.268.110,00. Além desses, foram implementados o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), cuja função básica é acompanhar famílias vulnerabilizadas; o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, voltado para jovens na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, dentre outros.

O Programa de Proteção Social Especial de Média Complexidade se desenvolve através de ações como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem como objetivo erradicar o trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos de idade, com ações centradas na família através de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda. Esse programa atendeu no ano de 2006 34,942 mil crianças e adolescentes e foram aplicados em torno de R\$19.067.907,00 milhões.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade desenvolve atividades voltadas para proteção integral para quem se encontra em situação de ameaça através de ações como o Programa de Enfrentamento e Combate à Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescente – antigo Programa Sentinela –, estando presente em 20 municípios do

Estado e visa enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. No quadriênio 2003/2006, foram beneficiadas 3.620 crianças e adolescentes, com repasse na ordem de R\$2,4 milhões. Além desse destacam-se os abrigos e albergues que são mantidos integralmente com recursos do Estado, como Abrigo Feminino, Abrigo Masculino e Complexo de Defesa da Cidadania, dentre outros.

As ações do Governo do Estado do Piauí, voltadas às Pessoas com Deficiência (PCDs), vêm mudando a visão da sociedade em relação aos direitos desse segmento social no que tange ao exercício pleno de cidadania, melhorando de forma significativa os acessos nos diversos espaços sociais. A referência para tal afirmação pode ser exemplificada com inovações na gestão da assistência a esse grupo através da criação da Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa com Deficiência (CEID).

Dentre as ações desenvolvidas após sua criação, destacam-se: Programa de Acessibilidade, que objetiva assegurar aos PCDs serem tratados como cidadãos de direitos uma vez que, além de viabilizar o acesso, através de rampas em prédios e logradouros públicos, representa também garantir acesso à escola, à universidade, ao mercado de trabalho, às políticas públicas de saúde específicas, permitindo que os PCDs sejam vistos não pelas suas limitações, mas, pelos seus potenciais.

Outra ação relevante é a realização de Fóruns Regionais para inclusão de pessoas com deficiência; além disso destaca-se a criação do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento de Pessoas com Surdez (CAS), Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento das Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e Centro de Equoterapia.

A Assistência Social, na perspectiva de promover o exercício pleno da cidadania, objetiva, nos próximos quatro anos, fortalecer a gestão do



Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando a sua interiorização, observando a diretriz da descentralização política administrativa, em que os recursos para financiamento dos programas são repassados diretamente para os fundos municipais de onde são direcionados. Caberá ao gestor estadual o acompanhamento e o monitoramento desses programas junto à execução municipal. Além disso, pretende estender para todos os municípios do Estado os Centros de Referência da Assistência Social (Projeto Casa Família); concretizar a implantação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); ampliar e consolidar políticas afirmativas para negros, mulheres, diversidade sexual e juventude; garantir a segurança alimentar.

Visando reabilitar e incluir as pessoas com deficiência na vida social, pretende-se fortalecer as parcerias para o suporte à Política Estadual de Inclusão dos PCDs, bem como a interiorização das ações voltadas para PCDs para todos os Territórios de Desenvolvimento.

4.4 SEGURANÇA E JUSTIÇA

O Governo do Piauí definiu, dentre os eixos estratégicos que norteiam as ações do PPA 2008-2011, promover a segurança pública através da integração e do uso de novas tecnologias nas ações de investigação e na prevenção da violência.

Os órgãos que integram o setor são os responsáveis diretos pela proteção ao cidadão, tanto em relação a atos delituosos quanto à ocorrência de sinistros, calamidades e outras ocorrências adversas que colocam em risco a vida e o patrimônio.

O enfrentamento da criminalidade e da violência visando melhorar o sentimento de segurança e tranquilidade dos cidadãos exige do Es-

tado Brasileiro investimento e compromisso que devem ser assumidos conjuntamente por municípios, Estados e Governo Federal. Nos últimos anos, a atuação do Governo do Estado fundamentou-se na articulação das forças policiais e em ações estratégicas baseadas em inteligência policial. Nessa lógica, fez melhorias em delegacias, quartéis e unidades prisionais, adquiriu equipamentos mais modernos e em maior quantidade e investiu em capacitação de pessoas.

A melhoria do sistema prisional seguiu a mesma lógica, com a recuperação do Hospital Penitenciário da Major César Oliveira, em Altos; da Penitenciária de Vereda Grande, em Floriano; do pavilhão de detentos da Penitenciária Irmão Guido e ampliação da Penitenciária Feminina, em Teresina; instalação e equipamento da Penitenciária de Bom Jesus. Neste âmbito, destaca-se como importante conquista a criação da Escola Penitenciária do Estado do Piauí, pioneira no Nordeste, e que terá cada vez mais importância no processo de consolidação da política de segurança e justiça.

Em que pese todos os avanços ocorridos, o setor tem ainda grandes desafios a enfrentar, sendo o maior deles no âmbito da gestão: integrar as ações desde a sua formulação até a efetiva execução, dando ao cidadão a segurança a que faz jus.

A adesão do Estado ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) fortalece esta decisão com a possibilidade de articulação de ações federais, estaduais e municipais da área de segurança pública, justiça criminal e ações sociais. É compromisso deste Governo, para o período 2008-2011, envidar esforços no sentido de articular os diversos órgãos entre si e com o Poder Judiciário, de modo que, cada um cumprindo suas atribuições, o atendimento às demandas da sociedade possa fluir satisfatoriamente.

Desafios específicos deverão ser equacio-



nados para garantir essa proposta: a capacitação humana e tecnológica permanente de servidores civis e militares para as Academias de Polícia e a Escola Penitenciária do Estado, que, com projetos pedagógicos pautados na doutrina dos direitos humanos, serão fortalecidas; a ampliação de vagas do sistema prisional, especialmente nas unidades de prisão provisória, solucionará o problema de superlotação dos distritos, principal motivo de saturação do sistema; assistência jurídica integral e gratuita garantindo a presença da Defensoria Pública nos 11 territórios de desenvolvimento, através de uma ação de regionalização; investimento em parcerias com a comunidade, através da criação de Conselhos Comunitários de Segurança, do policiamento comunitário e de bairro e de ações preventivas, especialmente dirigidas a adolescentes e jovens; qualificação das perícias realizadas pela Polícia Científica, com a implantação do Sistema Integrado de Identificação Balística e do Sistema de Identificação Civil e Criminal, objetivando aumentar a eficiência e confiabilidade das informações.

Além das ações de manutenção da ordem pública, traduzidas no combate e prevenção da criminalidade e na gestão do sistema penitenciário, a gestão do sistema de trânsito e as ações de defesa civil são essenciais para garantir o objetivo proposto. Neste sentido, o fortalecimento dos órgãos vinculados à Defesa Civil assegurará a efetividade das ações e a articulação com os demais órgãos da administração pública estadual e dos municípios, tanto no desenvolvimento das ações preventivas quanto emergenciais.

Assim, entre as ações propostas está o apoio às Comissões Municipais de Defesa Civil, através de planos de capacitação e reestruturação, e o fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar, dotando as unidades de condições adequadas de operação.

4.5 TRABALHO E RENDA

As políticas voltadas para a geração de trabalho e renda se espraiam por várias áreas do governo, já que essa é uma das grandes motivações da ação pública. A atuação governamental é orientada para ampliar as chances de inserção e permanência das pessoas no mercado de trabalho formal ou para que sigam o caminho do empreendedorismo, gerando renda numa economia caracterizada por uma redução das oportunidades neste tipo de mercado.

A lógica da intervenção pública não difere muito pelo fato de a ação ser desenvolvida no campo ou na cidade. Evidentemente cada espaço de intervenção exige uma metodologia e uma dinâmica específica. Nesta seção concentram-se as ações voltadas para a geração de trabalho e renda que são desenvolvidas no espaço urbano.

Entre as principais linhas de atuação do setor público, destaca-se a orientação para uso do crédito, que cada vez mais está acessível através dos vários programas governamentais e não-governamentais de microcrédito.

Outras linhas de ação se destacam, tais como a qualificação profissional, desenvolvida na perspectiva de ampliar a produtividade e o exercício da cidadania por parte do trabalhador; a informação e a formação para o empreendedorismo, além do desenvolvimento tecnológico focado na viabilização de soluções técnicas dos problemas e oportunidades afeitas aos pequenos empreendimentos.

Essas diferentes linhas de ação serão reforçadas nos próximos quatro anos para fortalecer os vários arranjos produtivos existentes no Estado, tais como o arranjo produtivo da opala, artesanato, turismo, confecção, leite e seus derivados, entre outros que rompem os limites tradicionais existentes entre atividades urbanas e rurais.



Atenção especial é dada a segmentos sociais vítimas de preconceito no mundo do trabalho, tais como mulheres, pessoas negras e pessoas com deficiências. Mais do que realizar ações específicas com estes grupos, a estratégia do Governo tem sido adotar um “olhar” sensível a esta problemática em todas as ações desenvolvidas na área do trabalho e renda, principalmente na orientação para o crédito, na qualificação e na intermediação de mão-de-obra. Ações com esse foco são desenvolvidas junto a comunidades Quilombolas, que vêm recebendo assistência técnica nos seus núcleos, via capacitação para desenvolver suas atividades produtivas, objetivando a melhoria dos produtos e da produtividade, ampliando a renda e possibilitando uma vida com mais qualidade.

Outra iniciativa governamental nessa linha é o Programa Rede de Economia Solidária, que atua junto a grupos de mulheres em mais da metade dos municípios piauienses, com oportunidades de geração de renda familiar por meio de formação de grupo de produção e apoio à comercialização.

As ações do Estado voltadas para o setor trabalho e renda no PPA 2008-2011 reforçam as linhas que já estão desenvolvidas, ampliando a abrangência, através da interiorização, dentro de uma visão territorial que destaca as potencialidades de cada região, buscando maximizar as oportunidades de inclusão social cidadã.

O estímulo ao empreendedorismo deve ser reforçado, consolidando o apoio às empresas, especialmente micros e pequenas, por meio do fomento, capacitação e assessoria técnica.

4.6 DESENVOLVIMENTO RURAL

O enfoque de desenvolvimento rural adotado pelo Governo trata tanto as questões relativas à agricultura familiar quanto ao agronegócio. A estratégia é dialogar com as necessidades dessas duas áreas, entendendo suas diferenças e promovendo sinergias capazes de romper com a visão dicotômica que tem caracterizado as abordagens tradicionais de políticas públicas para este setor.

A agricultura familiar tem forte importância social e econômica no Estado e por isso tem recebido grande atenção nesses últimos quatro anos. O crescimento da oferta de crédito para a agricultura familiar, o avanço da reforma agrária, a reestruturação da assistência técnica e extensão rural e o apoio à comercialização são as principais ações voltadas para o fortalecimento desse segmento.

Na lógica do desenvolvimento econômico sustentável, o Governo priorizou a organização e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Um exemplo desse tipo de ação foi a implantação do Centro Tecnológico do Mel e da Casa APIS, localizados no município de Picos, que resultaram da união de vários parceiros, públicos e não-governamentais.

Esses empreendimentos vêm preencher lacunas que dificultavam o crescimento do arranjo produtivo do mel, seja através da melhoria no processamento, resultando num produto final mais elaborado, seja com o apoio na comercialização da produção, facilitando o acesso dos produtores aos mercados nacional e internacional. É bom ressaltar que os efeitos positivos desses empreendimentos se fazem sentir além dos limites do Estado do Piauí, beneficiando também apicultores de outros estados do Nordeste, como Ceará e Pernambuco.

Assim como acontecia com o arranjo produtivo do mel, outros arranjos carecem de investimen-



tos em alguns elos, principalmente nas fases de processamento e comercialização dos produtos, o que acarreta em redução dos ganhos dos produtores. A ação do Governo se volta para estimular a implantação de empreendimentos, preferencialmente de caráter associativo, que promovam a agregação de valor e a melhoria das condições de comercialização da produção local, com ganhos imediatos para os produtores rurais.

O agronegócio vem se fortalecendo no Estado no decorrer dos últimos anos. Esse fato pode ser evidenciado pelo enorme crescimento da produção de grãos nos cerrados piauienses, com destaque para as culturas de soja e arroz. Em 2002 a produção foi de 90.770 toneladas de soja, em 2006 foram colhidas no Estado 544,1mil toneladas. A produção de arroz no mesmo período passou de 17.961t para 130.347t.

Esse desenvolvimento foi favorecido pela melhoria da infra-estrutura nas regiões produtoras, principalmente a melhoria dos acessos rodoviários e a maior disponibilidade de energia elétrica nos cerrados piauienses.

Com o crescimento do mercado ganham atenção as culturas ligadas à produção de energias renováveis, tais como a cana-de-açúcar, a mamona, o pinhão-manso e o eucalipto. A estratégia do Governo é promover a ligação entre as empresas de maior porte que ocupam posição estratégica nesses mercados e a agricultura familiar, como forma de ampliar a renda das famílias que vivem da agricultura familiar ao mesmo tempo em que amplia a sustentabilidade dos empreendimentos nesses segmentos.

As ações do Governo nos próximos anos serão orientadas para o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, o avanço da reforma agrária, o estímulo ao desenvolvimento comunitário e o associativismo, a ampliação ainda maior do

crédito rural e a regularização fundiária. Todas estas ações devem estimular a agricultura familiar a buscar melhores resultados com as culturas tradicionais e até mesmo incorporar culturas que tradicionalmente não compõem o horizonte destes agricultores.

4.7 TURISMO

Considerando-se a diversidade de ações e atividades diretamente relacionadas ao desenvolvimento do turismo, o Estado trabalha essas ações por meio de diversos órgãos. O turismo requer bons acessos (estradas e aeroportos), saneamento e água potável, proteção e conservação de recursos naturais e do patrimônio histórico, além de, entre outras ações, urbanização de áreas turísticas, capacitação de recursos humanos e promoção turística.

Com a recente reestruturação do setor, as ações, até então trabalhadas de maneira pontual e desarticuladas, passaram a ser coordenadas pela Secretaria de Turismo, o que possibilitará uma organização do setor nos próximos anos, solucionando, assim, o problema da falta de articulação entre as ações das instituições públicas e privadas e, em especial, entre os próprios órgãos governamentais.

As belezas naturais, a diversidade e a singularidade de recursos paisagísticos e culturais, o patrimônio arqueológico do Estado, reconhecido em âmbito internacional, a singularidade do Delta do Parnaíba, aliados à receptividade da população local, tornam o turismo uma alternativa de desenvolvimento econômico do Estado, por meio do desenvolvimento integrado do turismo sustentável e da conseqüente melhoria da qualidade de vida de sua população.

O Planejamento Turístico do Estado prevê a concentração de ações nos três pólos turísticos



prioritários: Pólo Costa do Delta (ecoturismo, sol e mar); Pólo das Origens (turismo arqueológico na Serra da Capivara e Serra das Confusões) e Pólo de Teresina (turismo de eventos e negócios).

A partir de então, os esforços do Estado estão concentrados no sentido de melhorar a infraestrutura, que é um dos grandes entraves ao desenvolvimento turístico do Estado, sobretudo no que se refere à acessibilidade, somada à falta de sinalização das vias/estradas e aos problemas na oferta de água potável e saneamento básico, entre outros.

Partindo da premissa de que sem acesso não há turismo, dois grandes desafios estão em via de se tornar realidade: a internacionalização do Aeroporto de Parnaíba, aliada a ampliação e reforço da pista, e a construção do Aeroporto de São Raimundo Nonato, já em execução com recursos do Ministério do Turismo, por meio de Convênio com a Secretaria de Infra-Estrutura. Os dois aeroportos viabilizarão vôos internacionais e nacionais para os dois roteiros já consolidados, o Roteiro Integrado Lençóis/Delta/Jericoacoara – Rota das Emoções – e o Parque Nacional Serra da Capivara, no Pólo das Origens.

Outra importante ação de Governo foi a assinatura do Protocolo de Intenções do Consórcio Público envolvendo os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, bem como a criação da Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), com sede na cidade de Parnaíba. A referida Agência promoverá o destino Lençóis/Delta/Jerí – Rota das Emoções.

Aliadas a essas ações há ainda o investimento previsto no PRODETUR-PI, nas áreas de infraestrutura (estradas e acessos), saneamento e água potável, urbanização de áreas turísticas, proteção e conservação de recursos naturais, capacitação e promoção turística, totalizando um montante de 25 milhões de dólares, sendo 15 milhões por meio de emprésti-

mo do BID e 10 milhões de contrapartida federal do Ministério do Turismo. Algumas ações do PRODETUR já estão em andamento.

4.8 INFRA-ESTRUTURA

O Piauí ainda enfrenta gargalos na sua infraestrutura, fruto da insuficiência de investimentos ao longo das últimas décadas. A partir de 2003 o Governo Federal retoma os investimentos na implantação e recuperação da infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico, tirando o Estado brasileiro da situação de mero espectador de um processo antes protagonizado pelo mercado.

A integração dos municípios piauienses se intensifica com a atenção especial dada às rodovias. A maioria deles conta hoje com pelo menos uma via de acesso a rodovias importantes, facilitando, assim, o deslocamento das populações em todo o Estado, interligando as diferentes regiões. Além dos acessos, vários outros trechos de rodovia foram implantados, pavimentados e/ou recuperados.

A implantação de 290km da Transcerrados é um exemplo de ação que promove o desenvolvimento ao dar condições de escoamento da produção dessa importante região.

Decorridos os quatro anos do primeiro mandato, as estradas apresentam boas condições de trafegabilidade de norte a sul do Estado. Deslocar-se pela grande maioria das estradas piauienses não é sinônimo de desafio e aventura, como outrora, mas de segurança e tranquilidade.

O Governo Estadual empenhou-se fortemente na recuperação de sua malha viária, o mesmo acontecendo com as rodovias federais, onde a ação integrada com o Governo Federal ampliou consi-



deravelmente o volume de recursos aplicados. Além das estradas, de maneira complementar, a ação de construção de pontes estratégicas foi fortalecida e se articula um novo impulso de investimentos com a destinação de um montante vultoso de recursos do PAC para aplicação no Estado.

Ainda sob essa sinergia, os investimentos federais são fortemente visíveis no setor de energia, promovendo uma forte ampliação da sua oferta, com a construção de linhas de transmissão e novas subestações para atender à demanda crescente, tanto das famílias quanto das unidades produtivas. Ressalta-se que a disponibilidade elétrica é fator determinante para o fortalecimento da atividade econômica, indispensável para o nosso desenvolvimento.

No entanto, o desenvolvimento exige outros investimentos que, além de estimular a dinamização da atividade produtiva, contribuem diretamente para a qualidade de vida da população. É o caso das obras de abastecimento e saneamento básico e das unidades habitacionais, por exemplo.

Apesar de todo o esforço governamental, ainda existem fortes restrições hídricas para uma parcela da população, cujo acesso à água para consumo humano e animal ainda é tido como um sério problema a ser suplantado.

A ausência de água para o consumo humano também inviabiliza o desenvolvimento de atividades produtivas, promovendo mazelas nos mais diversos níveis: baixo dinamismo econômico, por um lado, restrições às condições de sobrevivência, por outro, são apenas duas nuances da mesma realidade que o Governo tem combatido com vigor, atuando na supressão das causas que minoram os efeitos causados pelas diversas situações socioclimáticas existentes.

Neste Governo foram concluídas obras de vários reservatórios, minorando sensivelmente o

problema do abastecimento de água, principalmente na região semi-árida. A distribuição dessa água armazenada para a população é, sem dúvida, uma das principais conquistas das populações que foram beneficiadas. Nesse contexto, destaca-se ainda o seu uso para o incremento da atividade produtiva, uma vez que as restrições hídricas conduzem automaticamente à limitação do investimento.

A realidade se mostra dura quando se constata no esfacelamento da política habitacional nas últimas décadas, que minou as condições de investimento no sistema de habitação, só recentemente retomada. O déficit habitacional ainda é alto no nosso Estado, como de maneira geral o é em todo o país, e essa defasagem ainda é muito ampla, uma vez que a oferta de unidades habitacionais ainda está muito aquém das nossas necessidades.

Os esforços para elevar o número de pessoas morando em condições dignas têm se intensificado a partir da articulação com as políticas nacionais para o setor, implementadas tanto no meio urbano quanto no campo.

Se a ausência da infra-estrutura é condicionante do estágio de subdesenvolvimento que acompanhou o Estado, o grande desafio que ora se apresenta é criar mecanismos de elevação da capacidade de investimento capaz de responder pelas reais necessidades que ainda persistem e de novas situações que virão a partir da dinamização econômica pretendida.

Viabilizar a diversificação das vias de transporte é premente. A recuperação das condições de navegabilidade do rio Parnaíba e a estruturação e consolidação do transporte ferroviário de passageiros respondem, num primeiro momento, pela complementação ao sistema rodoviário, que ainda é a matriz para deslocamentos. A situação do ambiente no mundo força a sociedade a rever as suas



fontes de energia sob a ótica da sustentabilidade. No Piauí, a diversificação da matriz energética se encontra em curso com a introdução do uso do gás natural, cuja utilização será ampliada com a construção do Gasoduto Meio-Norte. Novas hidroelétricas estão projetadas para fortalecer o fornecimento de energia elétrica, e a produção de biocombustíveis está se consolidando, em cujo processo o Piauí ocupa uma posição privilegiada.

Os investimentos em infra-estrutura hídrica se tornam cada vez mais urgentes para equacionar a situação da oferta no Estado, onde em algumas regiões a sua disponibilidade é ínfima enquanto em outras o desperdício é real. Embora ainda se tenha deficiência nessa área, é vital priorizar investimentos de construção e ampliação de sistemas de abastecimento que universalizem a disponibilidade de água para toda a população do Estado, bem como fortalecer as ações de saneamento básico, garantindo o atendimento desse direito elementar da população.

No fortalecimento da política de habitação, é preciso integrar cada vez mais os investimentos estaduais às políticas habitacionais do Governo Federal, diminuindo assim o déficit de moradias, concretizando o sonho da casa própria para um número cada vez maior de pessoas, principalmente àquelas de menor renda, cujo acesso ao sistema de financiamento tradicional é praticamente nulo.

A aplicação dessas ações permite uma intervenção adequada à correção da situação de precariedade das mais diversas áreas que qualificam o crescimento econômico, permitindo a suplantação desse estágio de restrições ainda encontrado para o desenvolvimento do Piauí.

4.9 MEIO AMBIENTE

A política ambiental no Piauí foi desenvolvida, nos últimos quatro anos, em torno de duas linhas de intervenção: a promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento da gestão ambiental.

A responsabilidade ambiental do Governo ficou explicitada quando este assumiu como uma das diretrizes o desenvolvimento sustentável. A lógica da sustentabilidade norteia o uso dos recursos naturais, buscando o equilíbrio e a utilização racional, que visam proporcionar a geração de riquezas, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.

A política estadual nessa área é implementada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), que também coordena a ação de todos os órgãos quando se trata de avaliar o eventual impacto de suas ações sobre o meio ambiente.

No que diz respeito à gestão de recursos hídricos, são notórios os avanços alcançados, especialmente quanto à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e de uso e conservação de recursos naturais.

Os princípios nos quais esta política se baseia podem ser assim resumidos: reconhecimento da água como um bem de domínio público, finito, vulnerável e dotado de valor econômico; necessidade de uso múltiplo das águas (gestão integrada); adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão das águas (gestão descentralizada); participação dos diferentes níveis do poder público, dos usuários e da sociedade civil no processo da tomada de decisão (gestão participativa).

Considerando-se que o acesso à água é um direito de todos, o Governo vem promovendo o



monitoramento contínuo no sentido de coibir o seu uso indevido, além de gerir os conflitos provenientes da recente ausência de centralidade dessas ações. Destaca-se como marco da atuação do Governo, nessa área, a implantação de sistemas de controle de vazão em poços jorrantes no Vale do Gurguéia (Território Chapada das Mangabeiras). Tais poços que durante anos foram vistos como atração turística, na verdade, representavam um símbolo ao desperdício de água.

No campo da gestão das águas, o grande avanço se deu com a constituição das Comissões Gestoras dos açudes Bocaina, Ingazeiras, Jenipapo, Petrônio Portella, Pedra Redonda e Salinas, alguns dos principais reservatórios do Estado.

O objetivo é que essas comissões sejam os embriões dos futuros Comitês de Bacias Hidrográficas rumo à gestão participativa, descentralizada e democrática, dos recursos hídricos, como preceituam as políticas nacional e estadual específicas.

O combate à desertificação foi outra preocupação que marcou a atuação do Governo nos últimos anos. Para tratar da questão, que tem impactos econômicos e sociais, foi criado o Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas (NUPERADE), localizado em Gilbués, um dos municípios piauienses mais afetados pelo processo de desertificação.

O fortalecimento institucional ocorrido nos últimos anos foi marcante, possibilitando ao Estado atingir um outro patamar do ponto de vista de gestão ambiental.

A criação do quadro de fiscais ambientais, a informatização do processo de licenciamento, a consolidação da legislação e os avanços no monitoramento ambiental permitiram aumentar a eficiência do setor público na área ambiental.

Avançando nestas linhas gerais já traçadas, a dimensão ambiental das políticas de governo nos próximos anos terá como grande desafio promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico, buscando a desconcentração regional e promovendo a inclusão social e o respeito ao meio ambiente.

O Governo do Piauí está preocupado com o ritmo em que ocorrem mudanças climáticas e com os impactos sobre a população e a economia do Estado. Estas mudanças afetam todo o planeta, mas devem provocar maiores estragos em regiões mais pobres.

Entende-se que a preocupação mundial com a questão, bem como os mecanismos criados em acordos internacionais que trataram do tema oferecem oportunidades para atração de recursos para o enfrentamento desta questão no âmbito estadual.

Neste contexto, cabe ao Estado promover uma Política Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza, contendo diretrizes que possibilitem a adaptação do setor público, das empresas e da sociedade às mudanças climáticas, ao tempo em que promove a inclusão social através da remuneração pela prestação de serviços ambientais.

O Governo fortalecerá as ações da política de recursos hídricos, que objetivam a ampliação da oferta de água para o consumo humano e para as atividades econômicas, através da gestão adequada, garantindo a preservação dos mananciais e promovendo o uso racional da água.

Um dos maiores desafios da política ambiental para o próximo quadriênio – dada à grandiosidade do projeto – é a implementação do projeto de revitalização da bacia rio Parnaíba, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O



projeto contempla ações de controle de processos erosivos, coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, monitoramento da qualidade da água, sendo que em todas estas ações o componente de educação ambiental estará presente, buscando conscientizar a população, que é a principal aliada na preservação do meio ambiente e na busca do desenvolvimento sustentável.

4.10 INSTITUCIONAL

As ações desenvolvidas pelos órgãos que formam este setor dão o suporte para que as políticas públicas sejam implementadas e cheguem de forma satisfatória até o cidadão. Além disso, definem a forma de gestão do Governo, quando se voltam ao aprimoramento da ação governamental e à integração da gestão pública estadual com os outros entes da federação.

Foi desta maneira que o objetivo do Governo do Estado traçado em 2003 para a construção de um modelo de gestão pública eficiente foi perseguido durante os últimos anos, através de um conjunto articulado de medidas que redundou num melhor desempenho da ação governamental e que vem se consolidando com transparência administrativa, eficiente controle de gastos e valorização do servidor.

Importantes e inovadores processos de gestão foram implantados, como a estratégia de planejamento territorial participativo, definida numa perspectiva democrática, referendada pela sociedade através de várias etapas de consulta, discussão e aprovação e que serve de base para a construção do Plano Plurianual 2008-2011.

Esta orientação vem norteando, de forma paulatina, o planejamento de todos os setores go-

vernamentais e servindo de referência para entes públicos e privados que desejam conhecer ou estudar as particularidades de cada território estabelecido. Outros avanços institucionais relevantes foram implementados no Governo, tais como a implantação da Controladoria-Geral do Estado, da Ouvidoria, da Central de Licitações e do Sistema de Registro de Preços, que proporcionaram transparência, controle e economia do gasto público, além de promoverem a participação do cidadão, captando a percepção da população sobre as ações de Governo.

No âmbito da gestão de pessoas, a implantação dos Planos de Cargos, Carreira e Vencimentos aliada à democratização do acesso ao serviço público através de concursos garantiram efetiva valorização do servidor, que teve ampliadas as suas chances de qualificação e capacitação com a criação da Escola de Governo.

Ainda no âmbito da modernização da gestão pública, destaca-se a criação do Fundo de Previdência do Estado do Piauí, que foi instituído em 2004 e conta hoje com beneficiários dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, em consonância com as exigências legais.

Em se tratando de finanças públicas, importantes avanços foram conquistados. O bom desempenho orçamentário e financeiro garantiu a manutenção do equilíbrio fiscal e o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), possibilitando ao Estado do Piauí resgatar a credibilidade junto aos organismos financeiros nacionais e internacionais para a captação de novos recursos, além do cumprimento integral do Programa de Ajuste Fiscal firmado com a União através da Secretaria do Tesouro Nacional.

O PPA 2008-2011 aponta na direção da consolidação destes avanços. O maior desafio na área institucional é mudar culturas e valores arraigados



em décadas de gestão pública descompromissada com o resultado das ações. Por isso, o investimento maciço em capacitação e qualificação de pessoas, com vistas à introdução de modernos conceitos de gestão por resultados, na consolidação da informatização e reaparelhamento de órgãos, na modernização da ação fazendária, na aquisição de ferramentas de controle da gestão e, acima de tudo, na valorização do servidor enquanto sujeito mais importante nesse processo de mudança.

É assim, com vistas a assegurar o desenvolvimento de longo prazo e a sustentabilidade das transformações desencadeadas, que o Estado planeja importantes investimentos no fortalecimento da organização, com conseqüências positivas na autoestima do povo piauiense, beneficiário e principal motivação de toda e qualquer ação governamental.

Várias ações estimulam a criação de canais sistemáticos de escuta das necessidades da população através de fóruns, seminários, congressos e conferências.

O planejamento participativo ganha força, institucionalizando a parceria com a sociedade civil, criando, no plano executivo, coordenações para o combate à discriminação e promotoras de políticas afirmativas, tais como as voltadas para juventude, gênero, pessoas negras, homossexuais, idosos e pessoas com deficiência, e contribuindo para a construção de institucionalidades regionais que representam espaços de compartilhamento de poder e de responsabilidades.

O Governo do Estado acredita que desenvolvimento é construído com a garantia de direitos sociais básicos, com participação e cidadania. O PPA 2008-2011 retrata um planejamento pactuado, cujo compromisso maior é com o ser humano e o meio ambiente, protagonistas do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O PPA em números



O PPA EM NÚMEROS

Quadro 7 - Valores Projetados por Programa no PPA 2008-2011

Valores em R\$ 1,00

CÓD.	PROGRAMA	VALOR
01	Processo legislativo	543.655.734
02	Fiscalização financeira e orçamentária externa	28.452.046
03	Processo judiciário	450.228.878
04	Apoio administrativo	6.444.801.557
05	Modernização administrativa	373.398.581
06	Transparência para o cidadão	24.369.868
07	Qualificação e valorização do servidor	94.340.438
08	Planejamento para o desenvolvimento sustentável	4.739.680
09	Monitoramento e avaliação de políticas públicas	45.767.508
10	Fortalecimento das relações institucionais	921.253
11	Gestão fiscal eficiente	1.488.571
12	Assistência à saúde do servidor	315.417.951
13	Previdência do servidor	2.044.682.632
14	Desenvolvimento de tecnologias da informação	17.795.905
15	Universalização do acesso à educação básica	1.657.544.748
16	Qualificação da educação básica	848.960.696
17	Educação profissional	16.495.688
18	Universidade de qualidade para todos	114.268.301
19	Democratização da cultura e da produção artística	15.869.426
20	Valorização do patrimônio cultural material e imaterial	3.308.190
21	Desenvolvimento do esporte e lazer	39.903.421
22	Fortalecimento da cap. institucional e da gestão do SUS	286.933.654
23	Fortalecimento da atenção integral em saúde	470.827.669



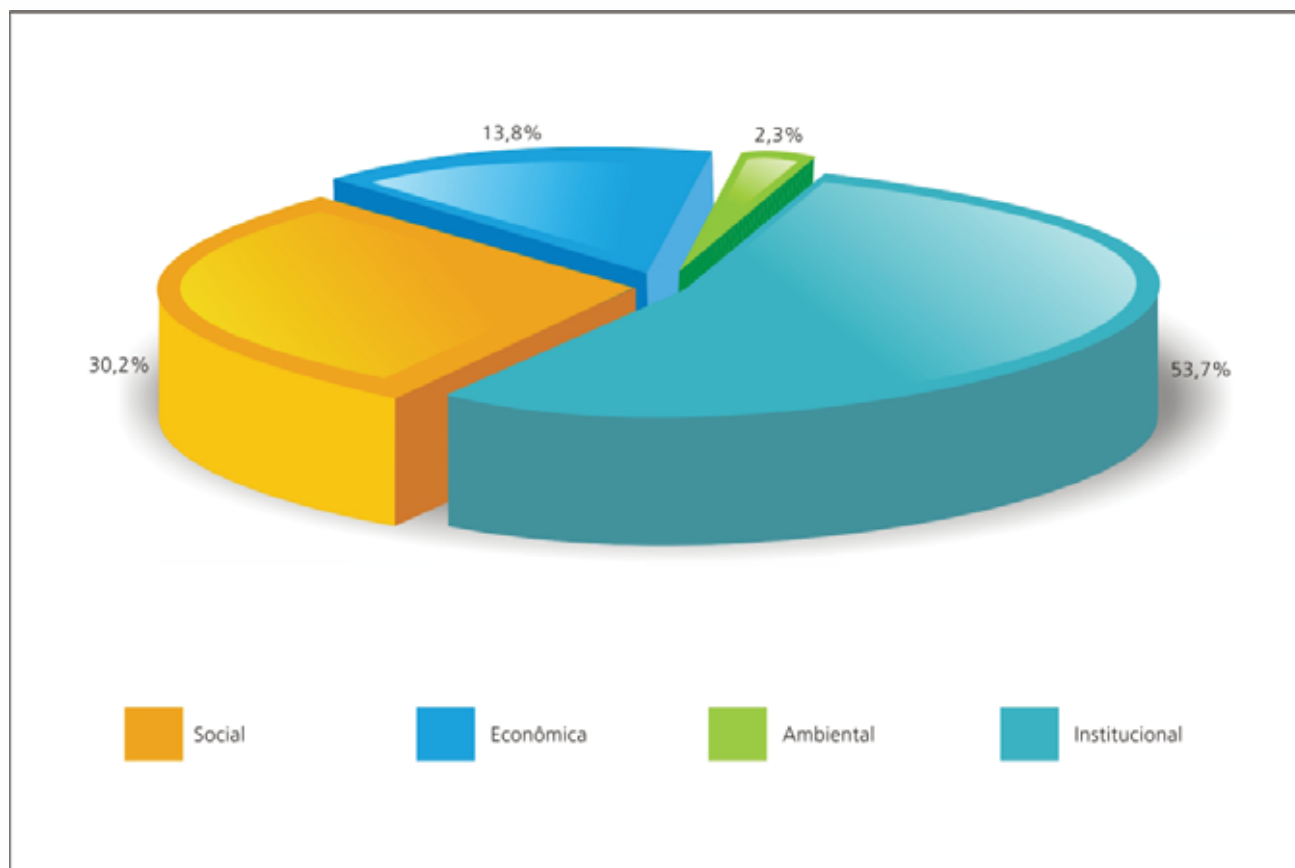
CÓD.	PROGRAMA	VALOR
24	Vigilâncias em saúde	16.970.061
25	Proteção social básica	9.174.155
26	Proteção social especial	16.630.944
27	Fortalecimento do sistema único da assistência social	5.820.000
28	Direitos humanos, direito de todos	21.934.461
29	Desenvolvimento comunitário	295.893.289
30	Segurança alimentar e nutricional	39.980.404
31	Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiências	10.262.299
32	Prevenção e combate à violência	142.157.171
33	Melhoria do sistema prisional	62.904.919
34	Prevenção e ação para emergências e desastres	40.234.511
35	Habitar Piauí	406.186.335
36	Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento	294.091.226
37	Saneamento é qualidade de vida	273.495.856
38	Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal	650.084.870
39	Integração da rede rodoviária	9.304.440
40	Desenvolvimento do turismo sustentável	57.358.968
41	Incentivo à exportação	855.000
42	Desenv. empresarial e incentivo ao empreendedorismo	16.041.998
43	Intermediação e qualificação profissional	5.328.013
44	Fortalecimento dos arranjos produtivos	4.400.000
45	Diversificação das fontes de energia	37.725.607
46	Incentivo à ciência e tecnologia	18.463.843
47	Metrologia legal	6.664.152
48	Assistência técnica e extensão rural	27.690.900
49	Desenvolvimento da agricultura familiar	51.704.538
50	Incentivo ao agronegócio	907.278
51	Incentivo à criação de rebanhos	1.399.000
52	Defesa animal e vegetal	15.480.500
53	Convivência com o semi-árido	4.690.000
54	Regularização fundiária e viab. econ. dos assentamentos	5.557.260
55	Gestão integrada do meio ambiente	2.342.681
56	Educação ambiental	1.068.196



CÓD.	PROGRAMA	VALOR
57	Uso sustentável dos recursos naturais	253.710.407
58	Recuperação de áreas degradadas e combate à desertificação	3.988.660
59	Proágua	57.508.699
60	Formação do patrimônio do servidor (PASEP)	129.527.023
61	Dívida interna	1.472.729.373
62	Dívida externa	108.790.183
99	Reserva de contingência	243.269.913

Fonte: SEPLAN/PI

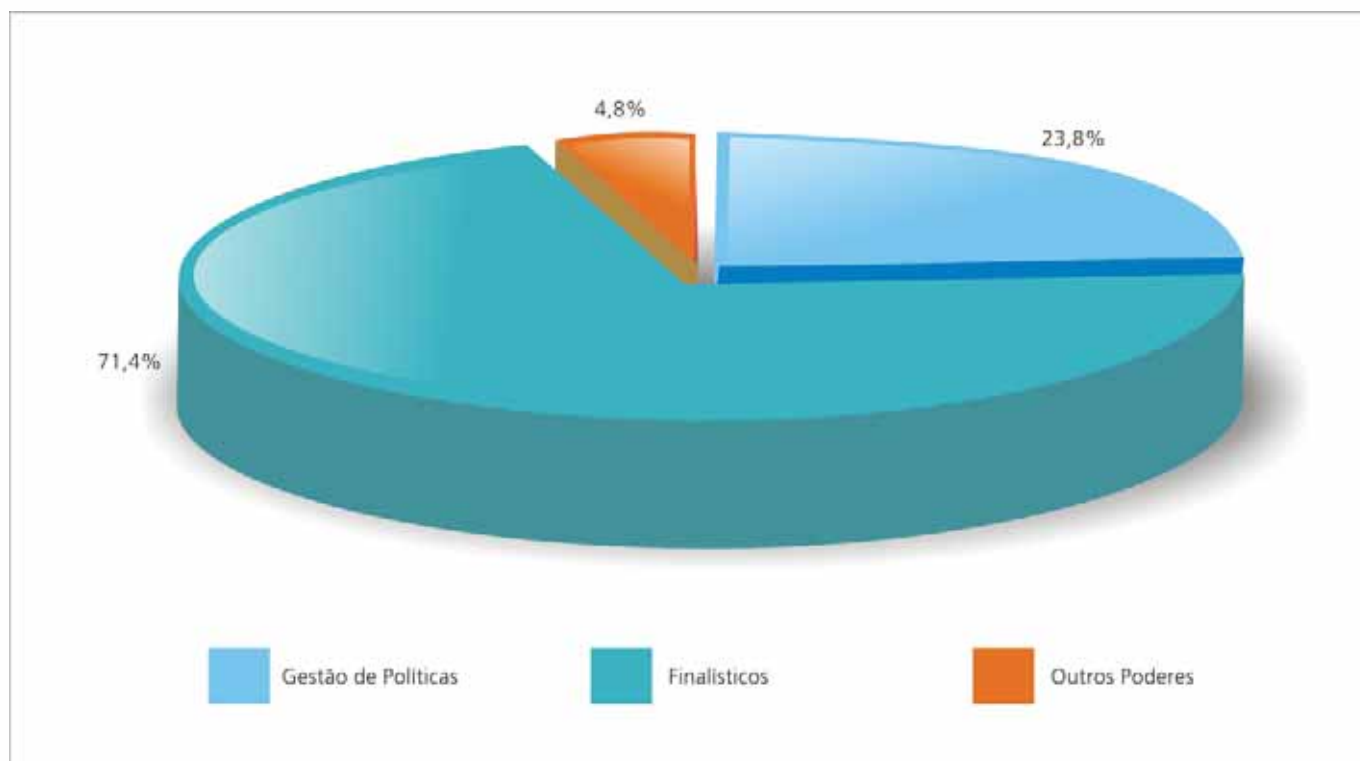
Gráfico 7 - Percentual de Distribuição de Recursos Financeiros por Dimensão no PPA 2008-2011



Fonte: SEPLAN/PI

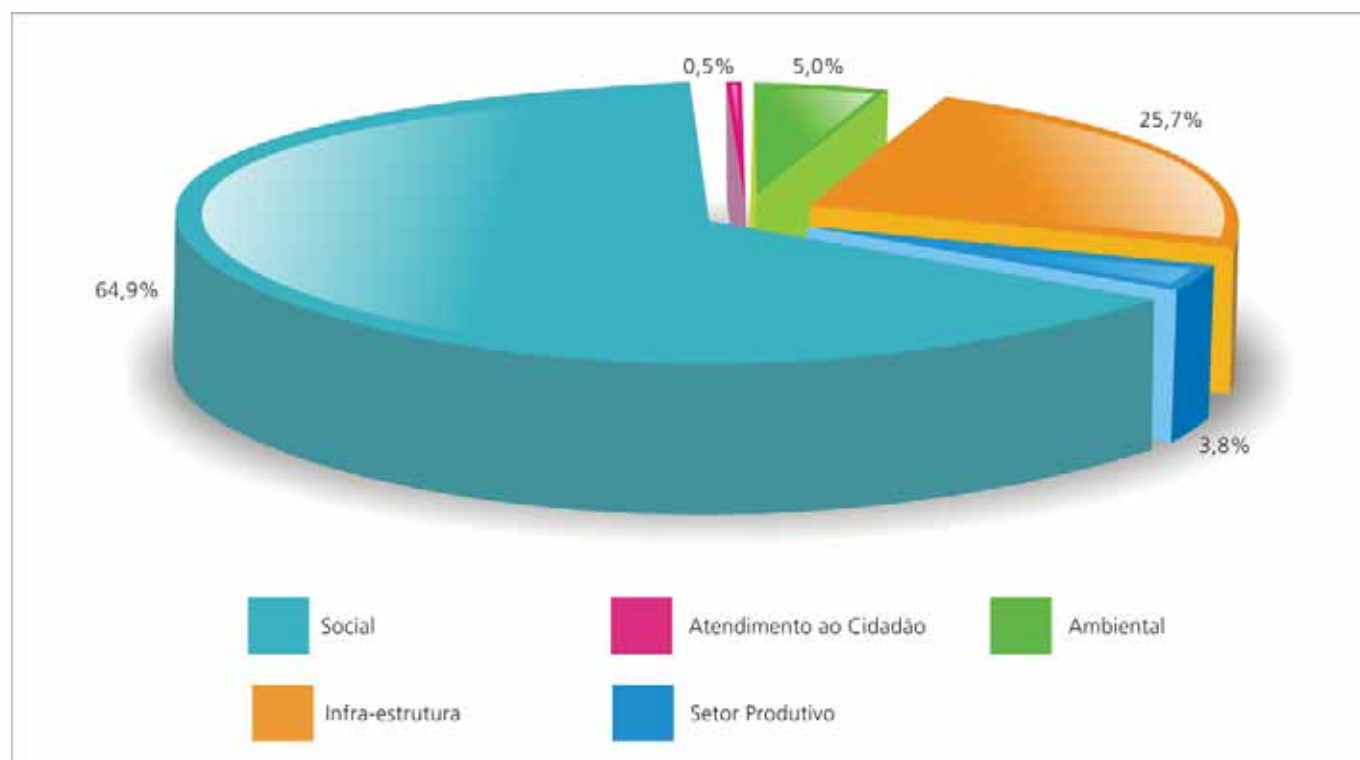


Gráfico 8 - Distribuição dos Programas Segundo a Finalidade no PPA 2008-2011



Fonte: SEPLAN/PI

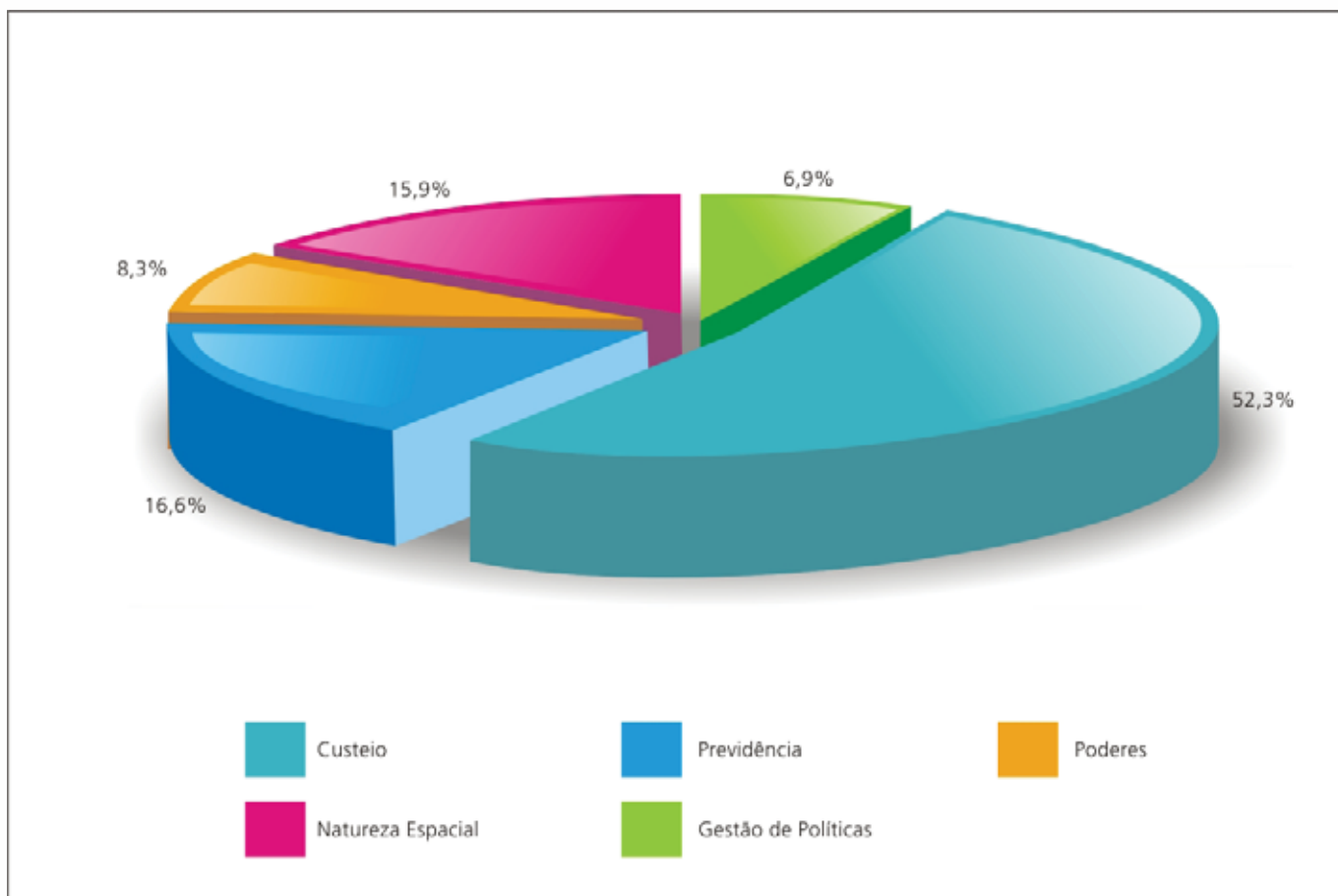
Gráfico 9 - Percentual de Distribuição de Recursos Financeiros nos Programas Finalísticos no PPA 2008-2011



Fonte: SEPLAN/PI



Gráfico 10 - Percentual de Distribuição de Recursos Financeiros nos Programas de Gestão no PPA 2008-2011



Fonte: SEPLAN/PI



Metas e Prioridades para 2008

METAS E PRIORIDADES PARA 2008

(ART. 4º, § 1º E 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101 / 2000)

ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
PODER LEGISLATIVO		
Assembléia Legislativa		
01 – Processo Legislativo		
Escola Legislativa	Unidade	01
Apoio de gabinete	Unidade	01
Creche da Assembléia Legislativa	Unidade	01
Construção de um centro médico da Assembléia Legislativa	Unidade	01
Ampliação da cobertura do sinal da TV Assembléia
Reforma do prédio principal da ALEPI	Unidade	01
Urbanização do estacionamento da Assembléia	Unidade	01
Tribunal de Contas do Estado		
02 – Fiscalização financeira e orçamentária externa		
Promoex – convênio e contrapartida do TCE	-	...
Modernização do Tribunal de Contas / FMTC	-	...
PODER JUDICIÁRIO		
03 – Processo judiciário		
Construção do Fórum Cível e Criminal de Teresina	Unidade	01
Construção de Fóruns e Juizados Especiais		
Reforma e ampliação de Fóruns, Juizados (capital e interior), prédio sede – anexo	Unidade	15
Manutenção da estrutura administrativa do fundo especial de reaparelhamento e modernização do Poder Judiciário – FERMOJUPI	Serviço	08



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
Pagamento de diferenças salariais (URV e outras)		-	-
PODER EXECUTIVO			
Ministério Público do Estado			
03 – Processo judiciário			
Representação e defesa do interesse público		Percentual	-
07 – Qualificação e valorização do servidor			
Formação e qualificação do trabalhador público		Unidade	100
05 – Modernização administrativa			
Modernização do Ministério Público		Percentual	-
Governadoria do Estado			
05 – Modernização administrativa			
Modernização do Núcleo de Estudos de Projetos Especiais – NEPE		Percentual	25
19 – Democratização da cultura e da produção artística			
Divulgação artística, cultural e de potencialidades do Piauí em Brasília		-	...
28 – Direitos humanos, direito de todos			
Apoio a imigrantes piauienses		-	n/q
Secretaria da Segurança Pública			
32 – Prevenção e combate à violência			
Integração do Sistema de Segurança e Justiça		-	n/q
Modernização da estrutura física e funcional das unidades de segurança		Unidade	350
Esportes ao anoitecer		Unidade	80
Manutenção da frota e grupamento aéreo policial		-	n/q
Reaparelhamento das Polícias Civil e Militar		Unidade	140
Manutenção da Polícia Judiciária		-	n/q
Reaparelhamento da Polícia Científica		Unidade	60
34 – Prevenção e ação para emergências e desastres			
Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar		Unidade	160
Secretaria da Fazenda			
04 – Apoio administrativo			
Modernização da administração das receitas da gestão fiscal, financeira e patrimonial		-	n/q



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
05 – Modernização administrativa		
PROFISCO – BID	Percentual	100
11– Gestão Fiscal e Eficiente		
Transparência e gestão tributária responsável		100
Secretaria da Educação e Cultura		
05 – Modernização administrativa		
Melhoria da infra-estrutura administrativa de escolas	Unidade	158
Escola em rede: conexão com a realidade	Unidade	804
Gestão democrática escolar	-	n/q
Melhoria das instalações físicas das unidades escolares	Unidade	25
09 – Monitoramento e avaliação de políticas públicas		
Assistência técnica aos municípios – FUNDESCOLA	Unidade	535
Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica – SEAB	Unidade	158
15 – Universalização do acesso à educação básica		
Apoio ao educando	-	n/q
Expansão da educação especial: inclusão sem barreiras	Unidade	100
Expansão do EJA	Unidade	19.354
Gerenciamento dos recursos do FUNDEB	Valor	-
Expansão do ensino fundamental	Unidade	1.000
Combate ao analfabetismo	Unidade	50.000
16 – Qualificação da educação básica		
Cursinhos populares	Unidade	26.195
Regularização do fluxo escolar	Unidade	10.036
Formação contextualizada na região do semi-árido	Unidade	1.250
Sistema de avaliação da aprendizagem	Unidade	36.943
Avaliação de desempenho dos profissionais da educação básica	Unidade	1.589
17 – Educação profissional		
Educação profissional integrada ao ensino médio	Unidade	11.000
Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI		
18 – Universidade de qualidade para todos		
Reforma, ampliação e construção nos <i>campi</i> da UESPI	Unidade	90
Aquisição de acervo bibliográfico	Unidade	7.000



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Ensino de pós-graduação	Curso	1
	Reconhecimento de cursos	Curso	15
	Pesquisa e pós-graduação	Pesquisa	98
	Extensão universitária e assistência comunitária	Projeto	90
	Concurso Vestibular	Vaga	3.680
Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC			
05 – Modernização administrativa			
	Modernização e melhoria da infra-estrutura da FUNDAC	Unidade	21
19 – Democratização da Cultura e da Produção Artística			
	Apoio à produção do cinema piauiense e manutenção dos Cine Móveis	Unidade	10
	Apoio a semanas culturais e festivais regionais	Unidade	51
	Construção da Biblioteca Estadual do Piauí	Percentual	100
	Democratização, qualificação e difusão das artes e da cultura piauiense	Unidade	40
	Instalação de pontos de cultura	Unidade	30
	Manutenção dos sistemas estaduais de bibliotecas e museus e criação do sistema de arquivos	Unidade	3
	Projeto Boca da Noite	Unidade	64
	Sistema de Incentivo Estadual à Cultura – SIEC	Unidade	50
20 – Valorização do patrimônio cultural material e imaterial			
	Pesquisa, registro, tombamento e fiscalização do patrimônio cultural do Estado	Atividade	10
	Fomento do núcleo de microfilmagem do Arquivo Público	Unidade	40
Fundação dos Esportes do Piauí – FUNDESPI			
21– Desenvolvimento do esporte e lazer			
	Pintando a liberdade	Pessoa	14.300
	Copa Piauiense de Futebol Amador	Clube	532
	Campeonato de Futebol Feminino	Clube	300
	Projeto Segundo Tempo	Jovem	36.000
	Seletiva da corrida de São Silvestre	Pessoa	6.000
	Reforma e melhoria do Ginásio Verdão	Unidade	01
	Construção e reforma de quadras esportivas	Unidade	11
	Construção de campos de futebol	Unidade	12
	Construção e reforma de ginásios poliesportivos	Unidade	01



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Construção e reforma de centros esportivos regionais	Unidade	01
	Construção e reforma de estádios municipais	Unidade	01
	Esporte e lazer da cidade	Pessoa	8.000
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí			
19 – Democratização da cultura e da produção artística			
	Expansão do sinal da TV Educativa para a população do Estado	Unidade	05
Instituto Superior de Educação Antonino Freire – ISEAF			
07– Qualificação e valorização do servidor			
	Curso de formação continuada para professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	Unidade	120
16 – Qualificação da educação básica			
	Qualificação para alfabetizadores de jovens e adultos	Unidade	2.000
17– Educação profissional			
	Implementação de laboratórios pedagógicos	Unidade	06
	Curso técnico profissionalizante	Unidade	350
	Melhoria do funcionamento da biblioteca	Unidade	500
Secretaria do Desenvolvimento Rural			
05 – Modernização administrativa			
	Instalação de unidades regionais em municípios-pólos	Unidade	47
44 – Fortalecimento dos arranjos produtivos			
	Fortalecimento das cadeias produtivas locais de pecuária e pesca	Unidade	47
	Fortalecimento dos arranjos produtivos locais agrícolas	APL	70
49 – Desenvolvimento da agricultura familiar			
	Consolidação da agricultura familiar no Estado	Unidade	1.500
	Desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Estado	Unidade	8.000
	Fortalecimento da pecuária na agricultura familiar do Estado	Unidade	2.000
	Fortalecimento da infra-estrutura hídrica rural	Unidade	
	Fundo de Desenvolvimento Rural – FECOP	Financiamento	n/q
	Incentivo à hortifruticultura do Estado	Unidade	12.000
50 – Incentivo ao agronegócio			
	Fortalecimento do agronegócio do Estado	Unidade	50
53 – Convivência com o semi-árido			



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Construção de sistemas barraginhas – semi-árido	Unidade	5.000
	Manejo alimentar: Banco de Proteínas – implantação – semi-árido	Unidade	40
	Incentivo à produção de defumados e embutidos de caprinos e ovinos – semi-árido	Unidade	10
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI			
52 – Defesa animal e vegetal			
	Erradicação da febre aftosa	Percentual	85
	Controle e erradicação da brucelose e tuberculose animal	Unidade	20
	Manutenção do status de área livre para sigatoka negra da bananeira em todo o território piauiense	Unidade	10
	Fiscalização de agrotóxicos	Percentual	10
	Sanidade avícola	Percentual	20
	Sanidade dos caprinos e ovinos	Percentual	10
	Sanidade dos suídeos	Percentual	10
	Controle da raiva dos herbívoros	Unidade	20
	Serviço de inspeção estadual – SIE	Percentual	10
Instituto de Terras do Piauí – INTERPI			
54 – Regularização fundiária e viabilização econômica dos assentamentos			
	Cadastro e regularização fundiária em municípios piauienses	Família	350
	Implantação de assentamentos rurais	Unidade	718
	Regularização fundiária e cadastro nacional de imóveis	Unidade	300
	Reestruturação de assentamentos estaduais	Hectare	211.668
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER			
05 – Modernização administrativa			
	Reestruturação das unidades operativas do EMATER	Unidade	11
48 – Assistência técnica e extensão rural			
	Assistência técnica a agricultores familiares	Agricultor	130.000
	Promoção de ATER para assentamentos de reforma agrária e comunidades remanescentes de quilombos	Agricultor	130.000
51 – Incentivo à criação de rebanho			
	Incentivo à expansão e melhoria de rebanhos	Agricultor	130.000
53 – Convivência com o semi-árido			



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Assistência técnica para melhoria da qualidade de vida no semi-árido	Agricultor	10.000
Secretaria de Infra-Estrutura			
36 – Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento			
	Construção da adutora do Sudeste	Percentual	20
	Construção da barragem de Castelo	Percentual	55
	Construção de adutoras e infra-estrutura hídrica	Unidade	05
	Construção do aeroporto de São Raimundo Nonato	Percentual	50
	Execução do projeto de restauração do Porto das Barcas em Parnaíba – PRODETUR / NE II	Percentual	30
	Execução do projeto de urbanização da orla da Praia de Atalaia – Luís Correia – PRODETUR / NE II	Percentual	25
	Infra-estrutura de transportes e turismo	Unidade	02
	Melhoria do acesso ao aeroporto de Parnaíba – PRODETUR / NE II	Unidade	01
	Obras de eletrificação rural	km	100
37 – Saneamento é qualidade de vida			
	Implantação e ampliação de sistemas de abastecimento d'água dos municípios de abrangência do CORESA	m ³	n/q
	Saneamento ambiental	Percentual	100
Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA			
37 – Saneamento é qualidade de vida			
	Implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água	Percentual	30
	Implantação, ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário	Percentual	26
Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI			
36 – Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento			
	Construção da Barragem Riacho Fundo – Santa Cruz do Piauí	Percentual	3
	Construção da Barragem Atalaia – Sebastião Barros	Percentual	17
	Construção da Barragem Vereda Grande – Floriano	Percentual	18
	Construção da Barragem Rangel – Redenção do Gurguéia	Percentual	30
	Construção da Barragem Contrato – Monte Alegre	Percentual	...
	Construção da Barragem Betânia – Betânia	Percentual	43
	Construção da Barragem Tingüis – Brasileira	Percentual	13
	Construção do sistema adutor, inclusive barragem, Santa Cruz dos Milagres	Percentual	...



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Construção do sistema adutor, inclusive barragem, Poço do Marruá	Percentual	9
	Construção de obras estruturantes nos municípios do Estado	Percentual	11
	Construção da estação de piscicultura na Barragem Salina – São Francisco do Piauí	Percentual	32
	Construção do Sistema Angicos – Parnaíba	Percentual	16
	Construção de pequenas barragens no semi-árido piauiense.	Percentual	6
	Melhoramento da implantação PI-372 – trecho Porto Alegre–Marcos Parente	Percentual	17
	Construção da adutora da barragem Mesa de Pedra	Percentual	...
	Construção da adutora da barragem Corredores	Percentual	...
	Elaboração dos projetos básicos de pequenas centrais hidrelétricas para as barragens Piracuruca, Pedra Redonda, Poço Marruá e Santa Cruz dos Milagres	Percentual	33
	Instalação de estações de recalque flutuantes em barragens no Estado	Unidade	...
	Perfuração, recuperação e equipamento de poços, construção de pequenas redes de distribuição de água domiciliar no Estado	Percentual	10
	Construção da barragem Baixão do Meio – Paes Landim	Percentual	...
	Instalação dos equipamentos para inspeção e avaliação da segurança das barragens	Percentual	25
Secretaria da Saúde			
22 – Fortalecimento da capacidade institucional e da gestão do SUS			
	Construção de unidades de fisioterapia e farmácias populares nos municípios	Unidade	97
	Centro de informação toxicológica – CITOX	Unidade	...
	Reforma e ampliação de unidades de saúde sedes de macro e microrregiões, módulos assistenciais e unidades mistas	Unidade	17
	Prevenção e controle de infecção hospitalar	-	n/q
	Restauração dos serviços de traumatologia e de reabilitação pós-operatória do HGV	-	n/q
23 – Fortalecimento da atenção integral em saúde			
	Implantação dos núcleos de vigilância hospitalar nas macroregionais: Parnaíba, Floriano, Bom Jesus, Picos, São Raimundo Nonato e municípios de grande porte	-	n/q
	Promoção da saúde bucal	-	n/q
	Assistência à saúde da mulher	Mulher	n/q
	Assistência neonatal, prevenção e tratamento prevalentes na infância e adolescência	-	n/q



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Controle e erradicação da tuberculose	-	n/q
	Promoção da saúde do adulto e idoso	-	n/q
	Implantação e implementação de complexos reguladores	Unidade	03-06
	Implementação da rede estadual de atenção à saúde auditiva	-	n/q
	Melhoria da qualidade da assistência ao portador de DST e HIV / AIDS	-	n/q
	Promoção da assistência e triagem neonatal	-	n/q
	PROSAR / KFW	Domicílio	1973
	Rede estadual de atenção à saúde mental	-	n/q
	Rede de atenção e cuidados na área de álcool e outras drogas	-	n/q
24 – Vigilâncias em saúde			
	Fortalecimento e descentralização das ações de vigilância sanitária	-	n/q
	Implementação das ações de vigilância em saúde	-	n/q
	Prevenção e controle das doenças imunopreveníveis	-	n/q
	Vigilância sanitária e controle interno de infecção hospitalar no HGV	-	n/q
Secretaria do Planejamento e PCPR			
05 – Modernização administrativa			
	Fortalecimento da UEE - PRODETUR / NE II	Percentual	100
08 – Planejamento para o desenvolvimento sustentável			
	Planejamento territorial	-	n/q
	Apoio ao planejamento e acompanhamento de programas e ações em regiões de natureza especial	-	n/q
09 – Monitoramento e avaliação de políticas públicas			
	Monitoramento de programas de governo	Programa	40
29 – Desenvolvimento comunitário			
	Financiamento de subprojetos comunitários	Unidade	360
	Crédito Fundiário – FECOP	Família	4.500
	Plano de desenvolvimento do turismo sustentável do pólo das origens – PRODETUR / NE II	Percentual	50
	Elaboração do projeto da adutora do litoral 2ª fase – Codevasf	Unidade	01
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO			
04 – Apoio administrativo			
	Estudos e pesquisas socioeconômicos	Unidade	463
14 – Desenvolvimento de tecnologias da informação			



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Coordenação de estatística e informação	Unidade	19
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico			
05 – Modernização administrativa			
	Informatização do PRODART	Equipamento de informática	02
14 – Desenvolvimento de tecnologias da informação			
	Inovações tecnológicas do arranjo produtivo da mandioca	Unidade	10
	Inserção do Piauí na sociedade tecnológica	Multiplicador capacitado	05
	Inclusão digital	Seminário	01
20 – Valorização do patrimônio cultural material e imaterial			
	Revitalização das Centrais de Artesanato	Evento	48
36 – Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento			
	Reforma, manutenção e pintura das Centrais de Artesanato	Reforma	01
41 – Incentivo à exportação			
	Zona de Processamento de Exportação – ZPE	Projeto	01
	Apoio à adequação de produtos e processos	Produto e processo adequado	05
42 – Desenvolvimento empresarial e incentivo ao empreendedorismo			
	Capacitação nos pólos de artesanato	Pessoa	40
	Promoção e divulgação do PRODART	Material divulgado	01
	Fomento empresarial formal	Apoio à cooperativa	05
	Construção de Unidade de Comercialização de Artesanato – Praia de Atalaia	Obra	25
44 – Fortalecimento dos arranjos produtivos			
	Apoio aos arranjos produtivos novos	Arranjo	05
	Apoio aos arranjos produtivos locais	Arranjo	16
45 – Diversificação das fontes de energia			
	Desenvolvimento da bioenergia do Estado	Bioenergia	01
46 – Incentivo à Ciência e Tecnologia			
	Centro Tecnológico de Biodiversidade do Piauí	Percentual de instalação	100
	Alfabetização tecnológica do trabalhador	Curso	01
Junta Comercial do Estado do Piauí – JUCEPI			



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
42 – Desenvolvimento empresarial e incentivo ao empreendedorismo		
Construção do anexo da JUCEPI	Percentual	30
Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI		
05 – Modernização administrativa		
Expansão, manutenção e operacionalização do ponto de presença da Rede Nacional de Pesquisa – RNP	Bolsa	05
46 – Incentivo à Ciência e Tecnologia		
Auxílio financeiro a eventos, divulgação e publicação científica e tecnológica no Estado	Evento	10
Programa de desenvolvimento científico regional no Estado	Pesquisa	30
Concessão de bolsas de apoio técnico à pesquisa	Bolsa	30
Concessão de bolsas de mestrado e doutorado	Bolsa	06
Fomento à pesquisa científica e tecnológica no Estado do Piauí	Pesquisa	20
Rede do monitoramento pluviométrico	Pluviômetro	20
Instalação de infra-estrutura para jovens pesquisadores no Estado	Pesquisa	15
Apoio à iniciação científica júnior	Bolsa	200
Implementação e concessão de auxílio financeiro a projetos de pesquisa no Estado	Pesquisa	15
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí – IMEPI		
04 – Apoio administrativo		
Implantação da fiscalização de cargas sólidas e perigosas	-	n/q
Reforma e ampliação das instalações do IMEPI	Reforma	01
IMEPI Móvel	-	n/q
05 – Modernização Administrativa		
Adequação e informatização da base de verificação metrológica	-	n/q
47 – Metrologia legal		
Metrologia legal e avaliação de conformidade	Verificação metrológica	36.424
Secretaria da Administração		
04 – Apoio administrativo		
Administração do fundo rotativo de material	-	25
Recuperação e manutenção do centro administrativo	-	n/q



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
05 – Modernização administrativa			
	Fóruns Estaduais de Desenvolvimento	Fórum	13
	Piauí digital	Sala instalada	...
	Modernização da Gestão Pública e do Planejamento do Estado – PNAGE	Percentual	40
	Modernização e Governo Digital	Percentual	25
	Concessão de Bolsa-Estágio	Pessoa	650
07 – Qualificação e valorização do servidor			
	Capacitação e valorização do servidor	Pessoa	3.000
31 – Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência			
	Promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência	Prédio adaptado	100
Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP			
05 – Modernização administrativa			
	Ampliação do prédio sede e anexos do IAPEP	Percentual	20
	Implantação de sistema de informação	Percentual	50
07 – Qualificação e valorização do servidor			
	Formação e qualificação do servidor do IAPEP	Servidor	100
12 – Assistência à saúde do servidor			
	IAPEP Saúde	Beneficiário	265.000
	IAPEP Saúde Suplementar	Beneficiário	25.000
Fundo de Previdência do Estado do Piauí			
05 – Modernização administrativa			
	Informatização do Fundo de Previdência	Percentual	25
	Modernização dos processos administrativos	Percentual	30
	Readequação física das instalações do Fundo de Previdência	Percentual	25
07 – Qualificação e valorização do servidor			
	Formação e qualificação do servidor	Servidor	120
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI			
05 – Modernização administrativa			
	Reforma de obras e instalações da Agência	Área reformada	01
14 – Desenvolvimento de tecnologias da informação			
	Ampliação e manutenção dos recursos de informática	-	n/q
	Modelo de gestão de documentos eletrônicos e promoção do governo eletrônico	Documento eletrônico	01



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
Capacitação, treinamento e aperfeiçoamento tecnológico	Capacitação	01
Implantação da infra-estrutura multiserviço da rede governo	Rede digital	01
Promoção da inclusão digital no Estado	Governo informatizado	n/q
Modelos de gestão de informática baseados em melhores práticas de mercado	Manual	01
Autoridade de certificação digital	Certificado	01
Central de tele-atendimento para serviços públicos	Central	01
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI		
05 – Modernização administrativa		
Implementação de infra-estrutura tecnológica e mobiliária para instalação da EMGERPI	Percentual	100
Secretaria da Justiça e Direitos Humanos		
16 – Qualificação da educação básica		
Educando para a liberdade	Pessoa	360
28 – Direitos humanos, direito de todos		
Assistência psicológica e social do reeducando e seus familiares	Pessoa	2.084
Assistência jurídica ao reeducando	Pessoa	2.382
Assistência à saúde do reeducando	Pessoa	2.382
33 – Melhoria do sistema prisional		
Serviços penitenciários	-	...
Construção, reforma e ampliação do sistema prisional do Estado do Piauí	-	...
Serviços de saúde no sistema prisional	-	...
Polícia Militar do Piauí		
04 – Apoio administrativo		
Construção e reforma de unidades operacionais e de postos de policiamento na malha rodoviária estadual	Posto	10
Implantação de unidades operacionais da Polícia Militar	Unidade	...
05 – Modernização administrativa		
Modernização da seção de inteligência e contra-inteligência da Polícia Militar	Equipamento	10
Informatização da Polícia Militar do Piauí	Percentual	25
Modernização da estrutura física do quartel comando geral da Polícia Militar	Percentual	30



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
32 – Prevenção e combate à violência			
	Pelotão Mirim	Unidade	80
	Reaparelhamento do grupamento aéreo policial	-	...
	Ampliação e manutenção da frota de veículos da Polícia Militar	-	...
	Manutenção do policiamento ostensivo e combate à criminalidade	-	...
	Programa de erradicação às drogas (PROERD)	Pessoa	700
	Material bélico e de proteção individual	Equipamento	400
Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais			
40 – Desenvolvimento do turismo sustentável			
	Execução do projeto de controle ambiental das dunas da lagoa do Portinho – PRODETUR / NE II	Percentual	100
	Elaboração de projeto de recuperação paisagística do encontro dos rios – Teresina – PRODETUR / NE II	Percentual	100
	Elaboração do plano diretor de gerenciamento de resíduos sólidos (Pólo Costa do Delta) – PRODETUR / NE II	Percentual	100
	Execução do plano de manejo do parque zoobotânico de Teresina – PRODETUR / NE II	Percentual	35
55 – Gestão integrada do meio ambiente			
	Estudos para o macrozoneamento ecológico econômico das áreas específicas e para o detalhamento do uso das principais áreas de interesse econômico e socioambiental do Estado	Percentual	30
	Proposição e regulamentação de mecanismos legais de gestão ambiental	Percentual	25
57 – Uso sustentável dos recursos naturais			
	Implementação da política estadual de mudanças climáticas e combate à pobreza		
	Gestão de recursos hídricos	Percentual	35
	Elaboração e implantação de plano de gestão, criação e manutenção das unidades estaduais de conservação	Percentual	40
	Obras de infra-estrutura hídricas	Percentual	30
58 – Recuperação de áreas degradadas e combate à desertificação			
	Elaboração de estudos e difusão de técnicas e plano estadual de combate à desertificação	Percentual	30
	Recuperação e proteção de nascentes, matas ciliares e áreas degradadas	Percentual	15



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
59 – PROÁGUA		
Gestão de recursos hídricos na programação do PROÁGUA	Percentual	40
Secretaria de Assistência Social e Cidadania		
14 – Desenvolvimento de tecnologias da informação		
Projeto Escola Móvel de Inclusão Digital – Caminhão Digital	Pessoa	8.640
15 – Universalização do acesso à educação básica		
Educação formal a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Percentual	100
25 – Proteção social básica		
Projeto Cidadão Mirim	Pessoa	250
Economia Solidária – Inclusão Produtiva – FECOP	Grupo	70
Manutenção das unidades operacionais: centros sociais urbanos e espaços cidadania	Pessoa	508.810
Projeto cidadania ativa	Pessoa	8.000
26 – Proteção social especial		
Formação dos atores do sistema socioeducativo	Servidor	220
Recuperação da infra-estrutura física e equipagem dos abrigos de proteção para atendimento de adolescente	Unidade	04
Acompanhamento às famílias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos	Percentual	60
Centro integrado de enfrentamento à violência contra o idoso	Unidade	25
Centro de referência para mulheres vítimas de violência “ Francisca Trindade”	Pessoa	500
Recuperação da infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para os abrigos de proteção para pessoas idosas	Unidade reformada	02
Manutenção do atendimento dos abrigos para pessoas idosas e mulheres vítimas de violência	Pessoa	125
27 – Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social		
Plano estadual de enfrentamento e combate ao trabalho infantil e plano de combate à exploração sexual	Percentual	40
28 – Direitos humanos, direito de todos		
Promoção e articulação de políticas públicas para mulheres	-	...
Promoção, execução e articulação de políticas públicas de direitos humanos	-	...
Promoção e articulação de políticas de combate à discriminação e promoção das diversidades	-	...



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Plano estadual de prevenção e combate ao trabalho escravo	-	...
	Articulação para a promoção da igualdade racial	-	...
Coordenadoria de Comunicação Social			
06 – Transparência para o cidadão			
	Comunicação de ações do Governo à sociedade	-	-
	Governo transparente – campanhas educativas e institucionais	Cartilha	30.336
10 – Fortalecimento das relações institucionais			
	Qualificação de comunicadores populares	Pessoa	280
Defensoria Pública do Estado			
05 – Modernização administrativa			
	Informatização da Defensoria	Equipamento	40
10 – Fortalecimento das relações institucionais			
	Fortalecimento da articulação da Defensoria Pública com os demais órgãos estaduais	Articulação	03
15 – Universalização do acesso à educação básica			
	Implantação de núcleo de proteção à criança e ao adolescente	Unidade	02
28 – Direitos humanos, direito de todos			
	Fortalecimento dos núcleos especializados de defesa da criança e do adolescente em conflito com a lei	Núcleo	02
	Balcão de direitos – assentados e acampados rurais	Assentamento	04
	Ampliação e reestruturação do núcleo especializado de defesa do consumidor necessitado e instalação do núcleo de mediação	Consumidor	10.000
	Regionalização da Defensoria Pública	Núcleo	18
32 – Prevenção e combate à violência			
	Implantação do núcleo de defesa das vítimas de violência e do crime	Pessoa	33
Procuradoria-Geral do Estado			
05 – Modernização administrativa			
	Implantação de núcleos setoriais da PGE nas secretarias do Estado	Núcleo	07
Controladoria-Geral do Estado			
05 – Modernização administrativa			
	Infra-estrutura de tecnologia da informação da CGE	Sistema	01
	Reestruturação física, mobiliária e de equipamentos da CGE	Percentual	25



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO	META	
	UNIDADE	QUANTIDADE
09 – Monitoramento e avaliação de Políticas Públicas		
Ações de controle interno dos órgãos estaduais	-	-
Atividades de auditoria nos órgãos, entidades e programas do poder executivo estadual	Unidade	70
Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CEID		
05 – Modernização administrativa		
Informatização da CEID	Percentual	25
31 – Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência		
Monitoração de políticas públicas para inclusão das PCDS	Percentual	25
Capacitação técnico-científica dos agentes	Percentual	25
Manutenção do CONEDE / PI	Percentual	25
Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência	Percentual	25
Sociedade inclusiva	Percentual	25
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome		
29 – Desenvolvimento comunitário		
Unidades produtivas locais	Unidade	12
Monitoramento do Programa Bolsa Família	Município	223
Horta Comunitária	Horta	12
Monitoramento do Programa do Leite Fluido	Município	89
30 – Segurança alimentar e nutricional		
Fortalecimento dos CONSADs	Família	130
Produção de leite de soja	Litro	576.000
Multifuncionalidade do Restaurante Popular Betinho	Oficina	10
Diagnóstico de insegurança alimentar	Pesquisa	01
Educação alimentar	Pessoa	1.800
Manutenção do Restaurante Popular	Pessoa	1.200
Corpo de Bombeiros Militar		
05 – Modernização administrativa		
Aparelhamento e equipamento para as unidades do Corpo de Bombeiros	Percentual	25
Melhoria do sistema de comunicação	Percentual	25
34 – Prevenção e ação para emergências e desastres		
Criação do laboratório de perícia de incêndios	Percentual	50



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Criação, aparelhamento básico e capacitação de grupamento civil nas principais cidades	Percentual	23
Secretaria das Cidades			
35 – Habitar Piauí			
	Construção e melhoria de unidades habitacionais	Unidade	325
36 – Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento			
	Construção de pistas de pouso	Unidade	05
	Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários	Unidade	02
	Infra-estrutura urbana para o desenvolvimento		
	Implementação da drenagem urbana	m ²	50.000
	Implementação do manejo hidroambiental	Unidade	05
	Reorganização do sistema de coleta de resíduos sólidos	Sistema	05
37 – Saneamento e qualidade de vida			
	Construção e melhoria de unidades sanitárias e esgotamento sanitário	Unidade	1.000
	Construção, reforma e ampliação de matadouros	Unidade	05
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH			
35 – Habitar Piauí			
	Autofinanciamento habitacional	Unidade	2.000
	Melhoria habitacional – Nova Teresina	Unidade	652
	Pró-Moradia	Unidade	3.000
	Semeando moradias	Unidade	7.000
Secretaria dos Transportes			
04 – Apoio administrativo			
	Gerenciamento de terminais	-	...
05 – Modernização administrativa			
	Informatização da SETRANS	Equipamento	20
36 – Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento			
	Implantação e reforma de obras multimodais	-	...
	Porto de Luís Correia	Percentual	10
	Implantação e recuperação de estradas, pontes, bueiros, passagens molhadas e sinalização	Obra	10
38 – Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal			



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Implantação, reforma e/ou homologação de aeroportos e aeródromos	Obra	03
	Fiscalização nas rodovias estaduais (PIS) e federais delegadas	-	...
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Piauí – DER/PI			
04 – Apoio administrativo			
	Consolidação institucional do DER-PI (desenvolvimento do setor rodoviário do Piauí / Bird)	Unidade	05
	Manutenção e operação de máquinas e equipamentos rodoviários	Unidade	57
38 – Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal			
	Conservação de rodovias	km	2.889
	Construção, recuperação e conservação de obras de artes especiais	Metro	664
	Restauração, pavimentação e implantação de rodovias	km	1.456
	Construção, melhoramento e pavimentação (desenvolvimento do setor rodoviário do Piauí / Bird)	km	400
	Realização de estudos e projetos de engenharia	km	100
39 – Integração da rede rodoviária			
	Prestação de assistência rodoviária aos municípios	km	300
40 – Desenvolvimento do turismo sustentável			
	Realização de estudos e projetos de engenharia para o desenvolvimento do turismo – PRODETUR / NE II	km	48
	Restauração, pavimentação e construção de rodovias do Pólo Costa do Delta do Rio Parnaíba – PRODETUR / NE II	km	5
Companhia Metropolitana de Transportes Públicos – CMTP			
38 – Desenvolvimento dos transportes e integração multimodal			
	Linha 1 – Ampliação, melhoria e manutenção	km	3
	Linha 2 – Zona Sul	km	1
	Modernização de material rodante	Unidade	4
	Ramal Teresina – Altos	km	10
	Estudo de viabilização técnica para expansão dos ramais metroviários de Teresina	Percentual	40
	Linha Altos – Parnaíba	km	75
Secretaria do Turismo			
40 – Desenvolvimento do Turismo Sustentável			
	Qualificação profissional para o turismo	Curso	20



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Elaboração do Programa de Capacitação Profissional e Empresarial – PRODETUR / NE II	Pessoa	70
	Instalação de equipamentos turísticos de lazer	Equipamento	05
	Elaboração do diagnóstico e projeto capacitação profissional e empresarial - PRODETUR / NE II	Estudo	05
	Estruturação da produção local associada ao turismo	Unidade	04
	Fortalecimento do roteiro integrado Jeri / Delta / Lençóis	Roteiro	04
	Implementação da regionalização do turismo	Município	20
Piauí Turismo – PIEMTUR			
40 – Desenvolvimento do turismo sustentável			
	Promoção, marketing e apoio ao turismo	Material promocional	04
	Execução do projeto de sinalização turística do Pólo Costa do Delta – PRODETRUR / NE II	Sinalização	20
	Sinalização turística nos municípios	Município	04
	Apoio aos eventos turísticos	Evento	12
	Reforma e manutenção do Centro de Convenções	Percentual	50
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo			
09 – Monitoramento e avaliação de Políticas Públicas			
	Criação de comissões de emprego	Comissão	53
25 – Proteção social básica			
	Manutenção do seguro-desemprego	Pessoa	15.000
40 – Desenvolvimento do Turismo Sustentável			
	Fortalecimento do Pólo Turístico do Estado	Pessoa	3.210
42 – Desenvolvimento empresarial e incentivo ao empreendedorismo			
	Fomento empresarial	Empresa	800
	Empreendedorismo no setor informal	-	...
	Jovem Empreendedor – Apoio e Capacitação	Pessoa	450
	Projeto Especial do Empreendedor Juvenil	Pessoa	400
43 – Intermediação e qualificação profissional			
	Juventude Cidadã	Pessoa	900
	Centro do Trabalhador Autônomo	Pessoa	500



ÓRGÃO / PROGRAMA / AÇÃO		META	
		UNIDADE	QUANTIDADE
	Qualificação profissional	Pessoa	2.500
	Intermediação de mão-de-obra ao mercado de trabalho	Pessoa	6.000
	Sine Móvel	Pessoa	145
Secretaria de Defesa Civil			
34 – Prevenção e ação para emergências e desastres			
	Assistências às pessoas atingidas por desastres	Família	120
	Apoio a obras preventivas de desastres	Percentual	100
	Recuperação dos danos causados por desastres	Percentual	100
	Capacitação de agentes de defesa civil	Pessoa	1.338
	Recuperação da infra-estrutura do desastre	Família	100

Fonte: SEPLAN/PI

Equipe de Governo



EQUIPE DE GOVERNO

GOVERNADOR DO ESTADO

José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR

Wilson Nunes Martins

SECRETARIA DE GOVERNO

Kleber Dantas Eulálio

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Maria Regina Sousa

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

SECRETARIA DAS CIDADES

Flávio Rodrigues Nogueira

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

Fernando Alberto de Brito Monteiro

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

Valério José de Carvalho

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Élcio Manoel Portela Martins

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Antônio José Medeiros

SECRETARIA DA FAZENDA

Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Dalton Melo Macambira

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

Antônio Avelino Rocha de Neiva

SECRETARIA DA JUSTIÇA

Cléia Coutinho Maia

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Hélio Isaías da Silva

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Sérgio Gonçalves de Miranda

SECRETARIA DA SAÚDE

Francisco de Assis Carvalho Gonçalves

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Robert Rios Magalhães

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Luciano José Linard Paes Landim

SECRETARIA DO TURISMO

Sílvio Roberto Costa Leite

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Plínio Clérton Filho

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Nelson Nery Costa

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cristiane Sekeff Budaruiche da Silva

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Maria do Amparo Esmério Silva

COORDENADORIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Rejane Ribeiro de Sousa Dias

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ERRADICAÇÃO DA FOME

Rosângela Maria Sobrinho Sousa

SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA

Roberto John Gonçalves da Silva

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

Cel. PM Francisco Prado Aguiar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Cel. Francisco Barbosa da Mota

GABINETE MILITAR

Ten. Cel. Carlos Augusto Gomes de Souza

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO
PIAUÍ – ADH

Marcelino de Oliveira Fonteles

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO
ESTADO DO PIAUÍ – ATI

Antônio Torres da Paz

ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA

Merlong Solano Nogueira

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO PIAUÍ – GASPISA

**Gustavo Henrique Mendonça Xavier de
Oliveira**

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE
PÚBLICO – CMTSP

Marcos Tavares Silva

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
PIAUÍ – DER/PI

Karenina Dantas Eulálio Rocha

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO
PIAUÍ – DETRAN

Jesus Rodrigues Alves

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO
PIAUÍ S/A – EMGERPI

Lucile de Sousa Moura

PIAUÍ TURISMO – PIEMTUR

José do Patrocínio Paes Landim

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO

Oscar de Barros Sousa

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO
RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ – EMATER

Francisco Guedes Alcoforado Filho

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO
PIAUÍ – FAPEPI

Acácio Salvador Veras e Silva

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ – FUNDAC

Sônia Maria Dias Mendes

FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

Vicente de Sousa Sobrinho

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ

Rodrigo Parente Fortes Ferraz

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUÍ – FUESPI

Valéria Madeira Martins Ribeiro

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO
DO PIAUÍ – IAPEP

Antonio Rufino Sobrinho

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI

Norbelino Lira de Carvalho

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO
PIAUÍ – IMEPI

Clemilton Luis Queiroz Granja

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI

Raimundo Ferreira Martins Nunes

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANTONINO
FREIRE – ISEAF

Regina Celi Bonfim de Sabóia Passos

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI

Claúdio Tinôco Tajra

LOTERIA DO ESTADO DO PIAUÍ – LOTEPI

Marcos Moreira Amorim

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Sérgio Gonçalves de Miranda

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO

Edilene Maria Moura Facundes

UNIDADE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Manoel Lopes Batista

UNIDADE DE APOIO AO PLANEJAMENTO REGIONAL

Maria Eliete Marreiros Moreira Vasques

UNIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ângela Maria Leopoldo Feitosa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Agacy Furtado de Mendonça

Amália Rodrigues de Almeida

Edilene Maria Moura Facundes

Gerson Portela Lima (Fundação CEPRO)

João Soares da Silva Filho

Joseane de Carvalho Leão

Lis Elisabete de Carvalho Meireles

Manoel Lopes Batista

Maria Cleoneide de Sousa Braga

Maria da Conceição de Oliveira

Maria do Socorro Nascimento

Maria Eliete Marreiros Moreira Vasques

Patrícia Galúcio Coqueiro Galvão

Sérgio Gonçalves de Miranda

Waldiney Fernandes Viana

TÉCNICOS COLABORADORES

Eneidia Maria dos Santos Soares (PCPR)

João Quaresma Ferreira

Sônia Maria Soares Fernandes

APOIO LOGÍSTICO

Ivone da Silva Barbosa Lopes

Maria Isabel Macedo Silva Bacelar

EQUIPE DE INFORMÁTICA

Antonio Gilson Leopoldo Feitosa (Gerente)

Marcelo Ronald Lucena da Silva

Roberto da Silva Fonseca

Valdecy Silva Costa

REVISÃO

Almir Cassimiro Queiroga

CHECAGEM DA REVISÃO

Eva Maria Evangelista Leal (parcial)

Ilma Araújo Veras e Silva (parcial)

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

AGRADECIMENTO

A todos os técnicos dos Órgãos da Administração Direta e Indireta que contribuíram para a sistematização das informações contidas neste Documento

FOTOS

Aureliano Müller / André Leão / Francisco Leal / Irineu Santiago / Banco de imagens CCOM

PROJETO GRÁFICO

S/A Propaganda

